

Relatório de Atividades 2010



Relatório de Atividades | 2010

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2011

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Largo IBAM, nº 1 – Humaitá – 22271-070 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2536-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br

Ficha Catalográfica
Catalogação na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2010. Rio de Janeiro, 2011

57p. 28cm

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2011.

CDD 352.06

Superintendente Geral

Paulo Timm

Conselho de Administração

João Pessoa de Albuquerque (presidente)

Edson de Oliveira Nunes

Edvaldo Pereira de Brito

Henrique Brandão Cavalcanti

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Mayr Godoy

Raymundo Tarcísio Delgado

Conselho Fiscal

Aguinaldo Helcio Guimarães

Paulo Reis Vieira

Roberto Guimarães Boclin (suplente)

Assembleia Geral do IBAM

Amilcar Figueira Ferrari, Aguinaldo Helcio Guimarães, Aluizio Loureiro Pinto, Álvaro Almerio de Azevedo Pessôa dos Santos, Anna Maria Medeiros Peliano, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Célio de Oliveira Borja, Cesar de Paiva Leite, Claudio de Paiva Leite, Edgar Flexa Ribeiro, Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito, Euro Feliciano Alves, Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira, Henrique Brandão Cavalcanti, Ives Gandra da Silva Martins, João Pessoa de Albuquerque, Joaquim Caetano Gentil Netto, Jorge Khoury, José Maria Almeida Martins Dias, José Teixeira Machado Jr., Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mário Alves de Melo, Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos, Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo Rabello de Castro, Paulo Reis Vieira, Pedro Wilson Leitão Filho, Raymundo Tarcísio Delgado, Roberto Guimarães Boclin, Roberto Saturnino Braga, Stélio Emanuel de Alencar Roxo, Teresa Costa d'Amaral, Tito Bruno Bandeira Ryff, Willian Alberto de Aquino Pereira.

Apresentação

Em 2010 as atividades do IBAM foram mais uma vez realizadas de forma alinhada às principais inovações disponíveis e adequando-as aos diferentes contextos e escalas de aplicação. Merecem destaque os modelos de articulação e de cooperação entre agentes sociais – sejam públicos ou não – e os novos temas e formatos de capacitação que foram integrados aos diferentes estudos e projetos desenvolvidos, que valorizam a gestão como questão nodal para o aperfeiçoamento do setor público. O uso de suporte tecnológico e as abordagens interativas confirmaram-se como práticas irreversíveis em todas as áreas de especialização do Instituto.

Importante lembrar que sua atuação, no ano passado, se deu em ambiente caracterizado por movimentação intensa dos agentes políticos e sociais face à realização das eleições para Presidente da República, Senadores, Deputados – federais e estaduais – e Governadores. Foi período, portanto, de grande efervescência nos debates sobre questões nacionais de interesse público, envolvendo não somente os diferentes segmentos sociais e econômicos da população, mas igualmente as autoridades locais em todo o território nacional. As eleições federais e estaduais possibilitaram ao IBAM fazer sugestões e prestar esclarecimentos relacionados com a Administração Pública em geral, notadamente a municipal, a candidatos de diversos níveis, convidado que foi para fazê-lo em várias oportunidades.

Por outro lado, os Prefeitos, no segundo ano de seus mandatos, buscavam o cumprimento dos compromissos assumidos com seus munícipes, gerando demandas e consultas nos assuntos de sua competência. Os Municípios associados maximizaram o uso dos serviços a que têm acesso como contrapartida do vínculo permanente que mantém com o IBAM.

Nesse panorama, entre os projetos realizados, destacam-se aqueles em campos de políticas públicas que vão ganhando terreno à medida que se consolida nova visão do que seja o papel esperado do setor público: Gestão dos Resíduos Sólidos, Empreendedorismo Social, Turismo, Parcerias Público-Privadas, Habitação de Interesse Social e Gestão Ambiental. O Governo Federal, ao dar base legal ao Plano Nacional de Habitação de Interesse Social e ao Plano Nacional de Saneamento, por exemplo, com a participação do Município na implementação dos mesmos, ensejou que se desenvolvessem projetos a eles relacionados. Nessas oportunidades foram capacitados servidores e preparados roteiros e subsídios para que os Municípios se integrassem aos referidos planos, ambos de reconhecida importância para reduzir as desigualdades sociais.

Outro trabalho inovador e de alcance semelhante – o de possibilitar acesso aos frutos do desenvolvimento – refere-se à implementação de sistema de avaliação da educação municipal, parceria com a Prefeitura de Porto Real/RJ. Neste caso, o projeto teve desdobramentos altamente positivos para permitir que se avaliasse o cumprimento da competência do Município na área educacional, ao trazer ao conhecimento geral detalhes sobre a eficiência do funcionamento da atividade, que permita, inclusive, vir a premiar o desempenho do servidor que se destaca no cumprimento das metas da Administração.

Olhando, portanto, para as políticas públicas substantivas sem descuidar-se das condições de seu funcionamento, eficiência e eficácia, os historicamente demandados trabalhos sobre Gestão, Organização e Finanças Públicas proporcionaram ao IBAM oportunidades de reafirmar a criatividade e a atualidade de suas propostas.

Sob esta perspectiva, merece destaque o expressivo número de concursos públicos realizados, em especial nos estados de São Paulo e em Santa Catarina. Convém lembrar que tais projetos materializam o objetivo do IBAM, gravado em seu Estatuto, de dedicação ao desenvolvimento institucional da Administração: a seleção pública é determinada constitucionalmente e integra a política de recursos humanos que recomenda a observância da meritocracia, ao tempo em que representa manifestação da prática democrática e da cidadania.

Do mesmo modo, salientam-se também os projetos dirigidos à área de finanças, como os que respeitam à dívida ativa, à legislação tributária e à adoção da nota fiscal eletrônica para contribuintes do imposto sobre serviços, de competência municipal, mostrando como, pouco a pouco, o tema da sustentabilidade ganha contornos operacionais.

A página do IBAM na Internet – www.ibam.org.br – foi amplamente reformulada para oferecer melhor e mais fácil acesso aos seus conteúdos, proporcionar a rápida informação e abrigar notícias sobre nossas atividades e outras de interesse dos Municípios.

A leitura do Relatório mostrará o que se fez e permitirá conhecer a amplitude da atuação do Instituto.

Paulo Timm
Superintendente Geral

Sumário



Ações pelo Desenvolvimento do Município	8
Ensino	18
Assessoria Técnica	26
Ação Cultural e Responsabilidade Social.....	49

Ações pelo Desenvolvimento do Município

Promover o desenvolvimento institucional do Município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, tendo como foco uma sociedade democrática e a valorização da cidadania, este o propósito do IBAM e das ações que realiza.

A prestação de serviços de assistência técnica a distância via associação de entidades ao Instituto é a manifestação mais ampla e democrática de tal propósito.

Nos últimos cinco anos, o IBAM atendeu 4.350 Municípios, número que é resultado do comprometimento do Instituto com a identificação e operacionalização de soluções para os problemas da Administração Pública.

A principal atividade desenvolvida pela equipe da Consultoria Jurídica é o atendimento às entidades associadas ao Instituto por meio telefônico, de elaboração de pareceres escritos, atendimento presencial e elaboração de estudos, artigos, minutas e modelos que são disponibilizados pelo Laboratório de Administração Municipal.

Pela via telefônica a Consultoria Jurídica do IBAM é diariamente acionada para prestar orientações sobre as mais diversas dúvidas que demandam solução, quase sempre, imediata.

Em decorrência deste atendimento, a dúvida é prontamente esclarecida e quando se revela necessário é recomendada a leitura de pareceres, estudos e artigos já elaborados pela equipe da Consultoria Jurídica, sem prejuízo da indicação da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Além de responder às solicitações feitas por telefone, nossos consultores realizam atendimento presencial às entidades associadas ao Instituto para elucidação de dúvidas e construção conjunta de soluções para os problemas enfrentados. O atendimento presencial na sede do Instituto não só é uma boa oportunidade para os gestores municipais conhecerem de perto a nossa equipe de consultores, como também a própria sede e um pouco mais sobre os demais trabalhos que o Instituto realiza.

As respostas por escrito, como não poderia deixar de ser, são elaboradas com base na melhor doutrina e jurisprudência pátria. A linguagem é sempre a mais clara e objetiva possível, de modo a esclarecer definitivamente a dúvida que nos é submetida. Para se ter uma ideia do volume da demanda das entidades associadas, vale destacar que, nos últimos cinco anos,

a Consultoria Jurídica do IBAM elaborou mais de oito mil pareceres escritos sobre os mais diversos temas do Direito Público.

A interlocução com os associados do Instituto não só se tornou mais ágil como também mais segura. A troca de mensagens é gerenciada por sistema próprio e isso possibilita, ainda, solucionar pendências, que antes dependiam de contato telefônico, com muito mais celeridade e efetividade.

Enfim, o novo sistema eliminou vários gargalos no fluxo do atendimento e muitas consultas são respondidas em menos de 24 horas. Hoje, o nosso tempo médio de resposta é de três dias corridos e o aumento contínuo de atendimentos realizados a cada mês é reflexo direto da satisfação das entidades associadas com a excelência do atendimento.

Rede IBAM de Municípios e entidades associadas ao IBAM

- 2.121 pareceres foram emitidos para as entidades associadas em 2010, atendendo a solicitações por meio eletrônico, em média, 153 pareceres por mês. Cinquenta e cinco por cento dos pareceres foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais, 44% por solicitação de Prefeituras e 1% por demanda de outras entidades. Já o atendimento telefônico, que a partir de outubro, passou a funcionar em horário integral, orientou 876 consulentes.
- Foram enviados Noticiários exclusivos mensais, informando benefícios e atividades a que os associados tinham direito, com o papel principal de fomentar o relacionamento entre a entidade associada e o IBAM.
- Exemplares dos quatro trimestres de 2010 da Revista de Administração Municipal também foram enviados às entidades associadas.
- O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 47.447 acessos e 28.816 visualizações ou downloads de arquivo, sendo 26.737 pareceres, 613 estudos, 1.601 modelos e 382 artigos da Revista de Administração Municipal.

O banco de dados de pareceres do IBAM é uma poderosa ferramenta posta à disposição do gestor público para auxiliá-lo no processo de tomada de decisões urgentes, eis que a solução de um problema enfrentado por um associado é compartilhada com todos os demais, possibilitando, assim, rápido acesso à orientação necessária para solução de questões, muitas das vezes complexas, que demandam decisões imediatas. Novos



documentos foram acrescentados ao Banco de Dados que totalizavam, em dezembro de 2010, mais de 17.700, entre os quais destacam-se:

- Tributação. Contribuição sindical. Exigência de recolhimento para a concessão de licenças municipais. Art. 608 da CLT. Inconstitucionalidade. Ofensa à autonomia municipal e limitação ao livre exercício profissional.
- Patrimônio Municipal. Fiscalização do estacionamento em vias públicas. Cobrança pelo uso de bens públicos. Regulamentação por lei de iniciativa privativa do Executivo. A concessão do uso de bem público para estacionamento rotativo é ato privativo do Executivo que deve ser precedido de licitação.
- Finanças Municipais. Entrega das faturas de água aos consumidores. Monopólio da ECT, salvo em se tratando de serviço integrado de leitura, emissão da fatura e entrega ao consumidor.
- Processo Legislativo. Projeto de Lei alteradora do regulamento de estacionamento em vias públicas. Iniciativa de Vereador. Inconstitucionalidade. Matéria reservada ao Executivo. Jurisprudência.
- Tributação. Projeto de Lei. Doação de imóvel. Empresa Pública. ITD. Isenção heterônoma. Imunidade recíproca. Comentários.
- Servidor Público. Desvio de Função. Pagamento de Diferenças Salariais. Considerações.
- Convênios / Contratos – Servidor Público. Convênio com instituição financeira. Oferecimento de linhas de crédito aos servidores públicos. Fornecimento da base de dados da Prefeitura. Possibilidade, desde que com a anuência dos servidores, sob pena de ofensa ao direito à privacidade (art. 5º, X, da Constituição). Impossibilidade de confecção de material de divulgação às expensas da Prefeitura. Comentários.
- Agente Político. Vereador. Condenação criminal transitada em julgado. Direitos políticos suspensos. Perda do mandato eletivo.
- Serviços Públicos. Atendimento médico. Impossibilidade de se fixar tempo máximo ou mínimo para as consultas. Comentários a respeito.
- Poder Legislativo. Câmara Municipal. Prerrogativas processuais. Fazenda Pública. Art. 188 CPC. Aplicabilidade.
- Política Urbana. Desapropriação. Litígio entre particulares pela titularidade do bem a ser desapropriado. Situação que não inviabiliza a desapropriação, mas impede o acordo entre um dos particulares e a Administração.
- Patrimônio Municipal. Transferência de veículo do acervo patrimonial de uma secretaria para outra. Desnecessidade de desafetação. Anotação no serviço de patrimônio municipal. Situação especial de bens adquiridos com recursos do Fundeb.
- Agente Político, CF – Constituição e emendas Constitucionais. Nepotismo. Súmula vinculante nº 13. Inaplicabilidade aos agentes políticos. Jurisprudência do STF.
- PL – Poder Legislativo. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores candidatos a Deputado Federal. Possibilidade. Compatibilidade. Desnecessidade de afastamento do cargo.

- Agente Político – Servidor Público. Estágio Probatório. Contagem do prazo que se suspende quando o servidor deixa seu cargo em razão de nomeação como agente político.
- Poder Legislativo. Comissão de Inquérito. Instalação, características, poderes. Sigilo, condução de depoentes e outras questões relativas aos procedimentos. Limites do poder de fiscalização do Legislativo.
- Servidor Público. Normas sobre regime jurídico. Competência privativa do Chefe do Executivo. Competência do Legislativo limitada a regras relacionadas com a organização administrativa da Câmara. Gratificação por dedicação em tempo integral. Concessão a ocupantes de funções de direção chefia e assessoramento. Improriedade.
- Servidor Público. Regime trabalhista. ADI nº 2135/DF, do STF. Comentários. Extensão de vantagem estatutária aos empregados públicos. Ilegalidade. Incompatibilidade entre os regimes. Unicidade normativa.
- Ação Municipal. Política Nacional de Meio Ambiente. Licenciamento ambiental que se insere na competência municipal para atividades de impacto local. Competência para emissão de pareceres sobre impacto local de atividades licenciadas pelo Estado ou União. Licenciamento de madeireiras que segue disciplina própria.
- Servidor Público. Servidor municipal inativo. Nomeação para cargo em comissão. Licença-prêmio e adicional por tempo de serviço. Incompatibilidade com a natureza transitória do cargo. Servidor efetivo nomeado para o exercício de cargo comissionado. Afastamento automático sem prejuízo do vínculo de permanência com a Administração.
- Tributação. Imunidade e Isenção. Distinção. Associação de Municípios. Entidade sem fins lucrativos. Isenção de tributos. Possibilidade. Limites impostos pela CR/88 e LRF
- Servidor Público. Projeto de Lei Municipal que dispõe sobre carga horária, banco de horas e sobreaviso de empregados públicos municipais. Inconstitucionalidade por usurpação de Competência da União Federal. Art. 22, I da Constituição
- Poder Executivo. Guarda Municipal. Pretensão de delegar a empresa privada às atividades de vigilância e proteção indistinta dos bens, serviços e estabelecimentos municipais. Previsão, pela Lei Orgânica, de criação de Guarda Municipal com o propósito de proteger o patrimônio público. Contornos da chamada delegação do poder de polícia e seus limites.
- Licitação. A Administração pode contratar a prestação de serviços, não o fornecimento de mão de obra. O reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos só pode se dar diante de fatos imprevisíveis. A ocorrência de dissídio coletivo não justifica o reajuste.
- Processo Legislativo. Câmara Municipal. Votação. Maioria simples e absoluta. Regra de contagem.
- Agente Político. Secretário Municipal. Cargo político cuja complexidade inviabiliza o seu exercício cumulativamente a qualquer outro, público ou privado. Parecer IBAM nº 0329/2010. Impedimento legal à destinação de recursos públicos a entidade cujo dirigente seja integrante do Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080/90. Considerações.

- Agente Político. Vereador. Servidor Público Municipal. Incompatibilidade de horários. Opção pela remuneração do cargo efetivo. Verba indenizatória do cargo da Presidência da Câmara. Cumulação. Possibilidade.
- Licitação. Compra de materiais para obras semelhantes. Realização de um único certame. Comentários.
- Servidor Público. Criação de cargo comissionado de Advogado do Município. Possibilidade. Comentários a respeito.
- Servidor Público. Cargo em comissão. Contribuição Sindical. Obrigatoriedade do recolhimento ao Sindicato dos Servidores Públicos mesmo que já tenha contribuído ao sindicato de outra categoria.
- Poder Legislativo. Projetos de lei que criam atribuições para o Executivo não podem ser de iniciativa dos Vereadores. Leis ordinárias e lei complementares. Competências privativas do Prefeito.
- Tributação. Imposto de renda. Não incide sobre as verbas indenizatórias, como são as licenças-prêmio pagas em moeda.
- Tributação. Projeto de Lei. Dívida ativa. Transferência da cobrança à instituição bancária. Resolução nº 33 do Senado. Comentários.
- Política Urbana. Uso e ocupação do solo. Competência municipal para determinar a distância entre postos de combustíveis e escolas, hospitais e outros locais. Inexistência de normas a respeito. Considerações sobre os parâmetros a utilizar.
- Poder Legislativo. Funções do Poder Legislativo. Oferecimento de cursos técnicos à população. Termo de cooperação técnica. Atribuição típica do Poder Executivo. Impossibilidade.
- Processo Legislativo. Projeto de Lei nº. 054/2010. Pintura de Propaganda Político-Eleitoral em muros e paredes do município. Proibição. Posturas Municipais. Competência. Iniciativa concorrente.
- Licitação. Contrato de serviços de publicidade. Lei 12.232 de 29 de abril de 2010. Aplicação subsidiária aos contratos em fase de execução.
- Ação Municipal, Patrimônio Municipal. Parque de exposições. Permissão de uso de bem público a associações comerciais para realização de feira agropecuária. Possibilidade. Comentários.
- Servidor Público. Nepotismo. Súmula Vinculante nº 13. Decreto Federal nº 7.203/2010. Comentários.

Representações do IBAM

A representação do Instituto no Estado de São Paulo manteve o perfil de resultados dos anos anteriores, incluída a sua participação expressiva no assessoramento aos Governos municipais para realização de Concursos públicos.

A representação no Estado de Santa Catarina ampliou sua presença junto aos Municípios e obteve resultados significativos em assessoramento técnico em organização e gestão, bem como na de Concursos Públicos.

Algumas entidades mantiveram contatos com o Instituto com o objetivo de vir a representá-lo em outras unidades da federação brasileira. O IBAM mantém a sua política de ampliar representações e parcerias sob a ótica da otimização de capacidades e de garantir a sua presença efetiva no desenvolvimento da capacidade institucional dos Governos municipais.

Relações institucionais

V Fórum Urbano Mundial

Em março de 2010, foi realizado na Cidade do Rio de Janeiro o V Fórum Urbano Mundial, promovido pela ONU-Habitat em parceria com o Ministério das Cidades e apoio da Prefeitura da Cidade.

Por ocasião desse evento internacional, o IBAM participou de uma série de atividades relativas ao Fórum e atividades paralelas, a saber:

- Participação no V Fórum Urbano Mundial, promovido pela ONU-Habitat, realizado na Cidade do Rio de Janeiro em março de 2010.
- Participação da assessora internacional do IBAM, Marlene Fernandes, como palestrante, na Sessão do Best Practices and Local Leadership Programme, apresentando o caso do Observatório Regional de Inovação Pública Local na América Latina.
- Participação em duas sessões promovidas pela Campanha Urbana Mundial do ONU-Habitat.

Antecedendo ao Fórum Urbano Mundial, o IBAM, como parceiro das respectivas instituições e programas, acolheu em sua sede e participou das seguintes reuniões internacionais:

- Reunião Anual do Comitê de Parceiros do Programa Best Practices and Local Leadership – BLP.
- Reunião Anual do Fórum Iberoamericano e do Caribe Melhores Práticas.
- Reunião do Global Urban Development.
- Reunião do Comitê Diretor da Campanha Urbana Mundial, promovida pela ONU-Habitat.

Campanha Urbana Global

Em 2009, a ONU-Habitat lançou a Campanha Urbana Global e convidou o IBAM para integrar o respectivo Comitê de Parceiros, representado pela sua Assessora Internacional.

- Participação em Reunião da Campanha Urbana Mundial, realizada em Nairobi, em janeiro de 2010.
- Participação na Iniciativa das 100 Cidades, no âmbito da Campanha Urbana Mundial, responsável pela seleção do Município de São João Barra / RJ como uma das 20 cidades participantes da fase piloto do projeto.
- Visita à São João da Barra e introdução à equipe dirigente e técnica da Prefeitura Municipal da Iniciativa das 100 Cidades, objetivos, diretrizes e compromissos das cidades selecionadas para a fase piloto.
- Acompanhamento técnico à São João da Barra;
- Acompanhamento a distância dos desdobramentos da Campanha e do seu plano estratégico de atividades em 2011.



Fórum Iberoamericano e do Caribe Melhores Práticas

Como Nó Sub-regional do Fórum, responsável pelo Brasil, o IBAM desenvolveu/participou das seguintes atividades:

- Elaboração de Estudo de Caso Organização Socioprodutiva de Lideranças Jovens em Áreas Rurais e Estuarinas do Território do Baixo Sul da Bahia, uma experiência do Instituto Terraguá, publicado pelo Fórum em 2010.
- Subsídios para o Primeiro Catálogo Iberoamericano de Melhores Práticas, iniciativa organizada e publicada pelo Ministério de Vivienda da Espanha.
- Levantamento de premiações de boas práticas – regionais e nacionais – de interesse dos governos locais e organizações da sociedade civil brasileiras.
- Participação no Segundo Seminário de Melhores Práticas promovido pelo Fórum Iberoamericano e do Caribe em parceria com o Governo de San Salvador e com a Fundasal, realizado na Cidade de San Salvador, em setembro de 2010.
- Discussão sobre os termos do Convênio de Cooperação a ser celebrado pela ONU-Habitat com os Nós Sub-regionais e Pontos Focais associados ao Fórum em 2011.



Observatório Regional Inovação Pública Local na América Latina

Como organização associada ao Observatório, desde a sua fundação em 2006, o IBAM elaborou o estudo *Inovações Públicas Locais em Projetos de Urbanização de Assentamentos Informais Localizados nas Cidades do Rio de Janeiro e Medellín/Colômbia*, publicado pelo Observatório, além de promover a divulgação do Observatório no Brasil e no V Fórum Urbano Mundial.

Programa Best Practices and Local Leadership

Como membro do Comitê de Parceiros do BLP – Programa da ONU-Habitat, criado em 1997, o IBAM participou da reunião Anual do Comitê, realizada em Dubai, em janeiro de 2010, bem como apoiou o Prêmio de Melhores Práticas Dubai 2010 no Brasil. Concorreram 35 práticas, das quais 16 foram classificadas entre as 100 melhores. Entre as 40 finalistas, foram encaminhadas ao Júri Internacional cinco práticas brasileiras, sendo premiada a iniciativa Cidades sem Fome – Hortas Comunitárias de São Paulo.

Seminário sobre Finanças Subnacionais e Sustentabilidade Fiscal

O Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm, participou, como membro do Diálogo Técnico, do Seminário sobre Finanças Subnacionais e Sustentabilidade Fiscal, realizado pela Divisão de Gestão Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O evento reuniu especialistas e diretores de órgãos e governos da América latina nos dias 21 e 22 de janeiro, em Washington, D.C.

Presidente do Conselho de Administração do IBAM recebe Medalha Tiradentes



O Prof. João Pessoa de Albuquerque, Presidente do Conselho de Administração do IBAM e ex-funcionário do Instituto, recebeu homenagem da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, por iniciativa do Deputado Comte Bittencourt, que lhe entregou a Medalha Tiradentes pelos relevantes serviços prestados ao Estado, especialmente na área da educação.

A Medalha Tiradentes é uma condecoração concedida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj, a homens e mulheres que se destacam em seu ramo de atividade e que, através de suas ações, obtêm o reconhecimento da sociedade. A cerimônia de entrega foi realizada no IBAM.

Fórum Mundial da Aliança de Civilizações

Nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2010, foi realizado no MAM, Rio de Janeiro, o III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, uma iniciativa da ONU que busca contribuir para um maior conhecimento recíproco entre populações de culturas diversas como forma de superação de esterótipos em defesa da paz.

O Fórum foi aberto pelo Presidente Lula, na manhã do dia 28, e contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo, do Secretário-Geral da ONU e de diversas delegações estrangeiras.

Estiveram presentes no Fórum o Superintendente do IBAM, Paulo Timm e Mara Biasi, Assessora da Superintendência Geral.

Diretor-geral do INCA e Membro do Conselho de Administração do IBAM é eleito Médico do Ano pela Sociedade de Medicina e Cirurgia

O diretor-geral do INCA, Luiz Antonio Santini, foi eleito Médico do Ano pela Sociedade de Medicina e Cirurgia. A premiação foi entregue dia 19 de outubro pelo presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ), professor Celso Ferreira Ramos Filho, durante cerimônia em homenagem ao Dia do Médico, na sede da Sociedade.

O Conselho da SMCRJ elegeu Santini, em reunião realizada em setembro, “por seu excelente trabalho na direção do Instituto Nacional de Câncer, onde superou obstáculos com equilíbrio e competência”.

A premiação – criada em 1978 para distinguir profissionais que se destacam por seus serviços à Medicina – já foi concedida a 32 médicos, entre eles, Clementino Fraga, Paulo Niemeyer, Ivo Pitanguy, Pedro Ernesto, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e Vera Cordeiro

Presidente e Membro do Conselho de Administração do IBAM recebem título de Personalidade Educacional 2010

O Professor João Pessoa de Albuquerque e a Profa. Terezinha Saraiva foram agraciados com o título Personalidade Educacional 2010.

A 12ª edição da entrega do título Personalidade Educacional foi realizada no dia 21 de outubro, em solenidade no Jockey Club, no Centro do Rio. Na cerimônia, foi feito um reconhecimento público a dez educadores e a três instituições que contribuíram para a melhoria da Educação no país.

Iniciativa da Associação Brasileira de Educação (ABE), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do Grupo FOLHA DIRIGIDA, o título é entregue àqueles mais votados, em uma eleição direta e secreta, que envolve um colégio eleitoral de aproximadamente seis mil educadores.

Prêmio Gestão com Pessoas Luiz Carlos Campos

O Superintendente Geral do IBAM participou, como Coordenador de mesa, da palestra realizada na entrega do Prêmio Gestão com Pessoas Luiz Carlos Campos, que ocorreu na 32ª Festa Anual de Confraternização da Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH-RJ, dia 27 de novembro, no Sheraton Rio Hotel.

3ª Reunião do Conselho Consultivo do Funbio

A convite do Dr. Pedro Leitão, Presidente do Conselho Deliberativo do Funbio e membro da Assembléia Geral do IBAM, o Superintendente Geral do IBAM participou da 3ª Reunião do Conselho Consultivo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio. O objetivo da reunião, que aconteceu no dia 20 de agosto, foi discutir as perspectivas de uma transição para uma economia de baixo carbono e apresentar algumas iniciativas do Funbio no financiamento da conservação da biodiversidade.

O Conselho Consultivo do Funbio se reúne anualmente e seus integrantes são ex-conselheiros e distintas lideranças convidadas a integrá-lo.

A prática educacional do IBAM foi construída ao longo de décadas de estreita parceria com os governos municipais, procurando alargar sua atuação como agentes de promoção do desenvolvimento sustentável.

Cada vez mais as ações educacionais são construídas a partir da abordagem sociointeracionista, na qual o docente é mediador do processo de construção do conhecimento e o participante é estimulado a questionar, descobrir e compreender os temas abordados nos cursos a partir da interação com o professor e demais participantes.

São oferecidos, de forma permanente, cursos nas modalidades presencial e a distância direcionados para a capacitação de agentes políticos; gestores e servidores públicos de diversos níveis; dirigentes de organizações governamentais e não governamentais, além de lideranças da sociedade civil. A diversidade de temas e formatos adotados para as ações de ensino têm proporcionado o constante aprimoramento metodológico dos programas realizados nas instalações do IBAM, na cidade do Rio de Janeiro, ou de forma descentralizada, em qualquer parte do território brasileiro e em países latino-americanos e africanos de língua portuguesa.

Com o objetivo de melhor apoiar as Escolas de Governo Municipais que vêm se multiplicando no país, a Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM passou a desenvolver as seguintes atividades:

- Mapeamento de Necessidades de Capacitação - consiste no processo de identificação das competências que precisam ser desenvolvidas e/ou aperfeiçoadas pelos servidores considerando-se os requisitos dos cargos e funções que ocupam;
- Plano de Capacitação para Servidores Públicos – consiste na elaboração das diretrizes educacionais e definição da estrutura curricular dos cursos que serão oferecidos pelas Escolas de Governo e;
- Programa de Formação de Multiplicadores, que visa preparar gestores e técnicos municipais para atuarem como docentes em programas e projetos educacionais da Administração Municipal.

A seguir estão descritas as atividades realizadas no ano de 2010.

Programa de Capacitação com a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

Visando ao aperfeiçoamento técnico dos servidores do Poder Legislativo, a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro – ELERJ estabeleceu desde o ano de 2007 parceria com o IBAM para a realização de programas de capacitação destinados aos seus servidores. Mais recentemente a parceria se expandiu mediante a inclusão de Vereadores e servidores das Câmaras Municipais fluminenses no público-alvo do Programa. Os cursos oferecidos abordam temas variados no âmbito das políticas públicas, das finanças públicas e do direito administrativo, entre outros. Em 2010 foram capacitados 148 servidores que participaram dos seguintes cursos.

Curso	Nº participantes
Planejamento Estratégico em Políticas Públicas	29
Legislativo e o Controle do Orçamento Público	12
Protocolo e Cerimonial Público	27
Processo e Técnica Legislativa	27
Elaboração e Gestão de Projetos em Políticas Públicas	29
Gestão de Eventos	24

Considerando o interesse da ELERJ em contribuir para estreitar os laços entre a população do Estado do Rio de Janeiro e o Poder Legislativo, foi desenvolvido um componente especial denominado Estrutura e Funcionamento do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, aberto à comunidade e voltado especialmente para estudantes universitários, além de estagiários da própria ALERJ. Organizado sob a forma de painéis – em um total de sete painéis, com duração de três horas cada um – debateu em detalhes o papel desempenhado pelas Assembleias Legislativas e seu âmbito de atuação, além de oferecer noções de processo legislativo e desempenho da função de fiscalização. Foram realizadas três turmas com um total de 82 participantes.

Programa de Fortalecimento do Planejamento Institucional - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado - SEPLAN/AM

Em 2009, o IBAM foi responsável pelo componente de capacitação do então Programa Estadual de Modernização da Gestão e do Planejamento – PNAGE, da SEPLAN, em parceria com a Secretaria de Administração e Gestão, gestora do Programa de Capacitação e Valorização do Servidor Público do Governo do Estado do Amazonas.

No ano de 2010, um novo Programa foi concebido para dar continuidade às mudanças que a administração estadual vem promovendo nos últimos anos decorrente de uma ampla ação de modernização administrativa. O Programa Fortalecimento do Planejamento Institucional possibilitou formação básica aos servidores estaduais nas áreas de Gestão de Pessoas e de Logística, envolvendo ainda atividades prévias à sua execução, tais como:

desenho instrucional dos cursos; preparação de material didático e definição de critérios para avaliação acadêmica. Foram ministrados os seguintes cursos para um total de 958 servidores:

Curso	Nº participantes	Nº turmas
Legislação de Pessoal como Instrumento de Gestão	75	02
Planejamento e Logística de Suprimentos	78	02
Tendências em gestão de pessoas	70	02
Gestão de Material e Patrimônio	60	02
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos	66	02
Gestão de Relações no Trabalho	68	02
Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público	69	02
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	65	02
Gestão de Contratos	40	02
Gestão por Competência e Capacitação	39	02
Papel do Estado e Processo de Formulação de Políticas Públicas	82	02
Processo e Instrumentos do Planejamento	82	02
Planejamento Estratégico	82	02
Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos	82	02

Mulher Rural: Tempo de Viver Projeto de Capacitação para Prefeitura Municipal de Teresópolis

O Município de Teresópolis/RJ vem promovendo nos últimos anos mudanças importantes na modernização de sua estrutura e políticas, em especial reorientando aquelas relativas à proteção e promoção dos direitos da cidadania, assegurando maior inclusão da população local no alcance dos investimentos e benefícios públicos.

O Projeto de Capacitação “Mulher Rural: Tempo de Viver”, foi uma iniciativa da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher – SMDM em parceria com o Governo Federal, por meio da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM e sob responsabilidade técnica do IBAM. O projeto teve por o objetivo o empoderamento das mulheres da área rural de Teresópolis no âmbito das relações de trabalho, de forma a impulsionar iniciativas que fortaleçam a sua autonomia econômica, considerando as questões de gênero, bem como direcioná-las para o setor produtivo, estimulando o investimento em iniciativas de cooperativas agrícolas e associações de produtoras rurais.



Você, mulher do campo,

- Quer aumentar sua renda?
- Quer ter mais autonomia?
- Quer melhorar sua vida?

VENHA PARTICIPAR DOS CURSOS, GRATUITOS, SOBRE:

Ervas Medicinais
Preservação Ambiental
Plantação Orgânica
Floricultura
Reciclagem de Lixo

PARA SE INSCREVER VOCÊ SÓ PRECISA DE:

- Identidade ou CPF
- Comprovante de residência
- Preencher a ficha de inscrição:
 - na Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher
Rua Heitor de Moura Estevão, 279 – Várzea – Teresópolis
Telefone (21) 2643-4741 – e-mail: mulher@teresopolis.rj.gov.br
 - Ou _____ No dia: ____/____/2010




A capacitação teve duração de 12 meses e foi realizado em duas etapas – planejamento e execução. Na etapa de planejamento foram realizadas as atividades de: i) alinhamento e definição do plano de trabalho; ii) recrutamento e seleção de professores; iii) oficina de nivelamento para os professores e, iv) preparação dos cursos da capacitação. Na etapa de execução foram oferecidos cursos de plantação orgânica, ervas medicinais, reciclagem e



floricultura para 130 mulheres em situação de vulnerabilidade social da área rural do Município.

O êxito do projeto propiciou a realização do I Encontro da Mulher Rural realizado no Teatro Municipal de Teresópolis quando foram entregues os certificados às participantes dos cursos.

Capacitação de Cuidadores de Idosos

O IBAM, em parceria com a Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro e o RIO SOLIDÁRIO – Obra Social do Rio de Janeiro, repetiram a experiência êxitosa do ano de 2009 e realizaram em 2010 duas novas oficinas de capacitação para cinquenta cuidadores de idosos informais, tema que cresce em importância pelo impacto e exigências sobre políticas públicas decorrentes das mudanças demográficas no país.

A capacitação dos cuidadores tem papel fundamental quando se fala em promoção de saúde e ação profilática, trazendo repercussões positivas, evitando-se internações, diminuindo o custo com saúde e no resgate dos vínculos familiares. As oficinas tiveram por objetivo transmitir conhecimentos específicos sobre cuidados com o envelhecimento para cuidadores de idosos informais e profissionais que atuam em instituições que atendem idosos do governo e da sociedade civil.

Ciclo de Capacitação dos Municípios Goianos para Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Com cerca de 160 Municípios goianos participando ativamente do Programa Moradia Digna, programa do Estado de Goiás que conta com recursos do FNHIS/SNHIS, segundo a metodologia básica do MCidades/SNH e interveniência da CAIXA, o Ciclo de Capacitação em Planos Municipais de Habitação de Interesse Social contribuiu para disseminação de um amplo processo de trabalho em nível municipal ao capacitar os Grupos de Trabalho Locais – GTLs em política e planejamento



habitacional. Ao longo de 2010, foram realizadas cinco oficinas sobre Metodologia e Diagnóstico Habitacional para cerca de 500 participantes por evento, utilizando recursos combinados como palestras, aulas expositivas, produção de roteiros de orientação, dinâmicas e exercícios de aplicação além de outros formatos, todos resultantes de uma ação conjunta entre IBAM e equipe da AGEHAB. Deste grupo, 31 Municípios goianos integrantes do Programa Territórios



da Cidadania, recebem assessoria técnica direta de tutores da AGEHAB, selecionados e capacitados pelo IBAM. A próxima etapa do Ciclo promoverá mais duas Oficinas voltadas para a construção dos Planos de Ação locais. O trabalho é considerado pelo Ministério das Cidades um dos principais avanços nacionais em processos participativos de planejamento. A mesma metodologia está sendo utilizada para a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e também reúne ampla equipe de profissionais e consultores nas áreas habitacional e de planejamento urbano.

Cursos de Multiplicadores

Entre os cursos descentralizados, cabe destacar o curso para multiplicadores na aplicação da Metodologia de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGÊs, parceria entre o IBAM e a ELETROBRAS-PROCEL, realizado com o objetivo de capacitar profissionais para que atuem em âmbito nacional, tendo como apoio a utilização do Sistema de Informação Energética Municipal – SIEM 6.0 – na versão WEB.



Eminentemente práticos, com ênfase no desenvolvimento de habilidades para atuação dos participantes como futuros multiplicadores, os Cursos de Multiplicadores ocorreram nos períodos de 20 a 24 de setembro e 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010 com aulas expositivas introdutórias, seguidas de debates e aplicação de exercícios com base na Metodologia GEM e apoio do software SIEM 6.0, na versão WEB.

Para a avaliação dos participantes foi elaborado um sistema amplo com critérios acordados entre as Instituições e que compreendia, entre outros aspectos, a aplicação de dez avaliações, previamente preparadas pelos instrutores.

Um Comitê de Avaliadores constituído por representantes do PROCEL GEM e do IBAM acompanhou a capacitação e o rendimento dos participantes diariamente. Após a avaliação, foram certificados 25 multiplicadores da 1ª Turma e 20 multiplicadores da 2ª Turma.

Programa de Modernização Administrativa e Fiscal da Prefeitura Municipal de Natal/RN - Projeto ModerNatal

No âmbito do Projeto ModerNatal foram elaborados o (i) Mapeamento de Necessidades de Capacitação, (ii) o Plano de Capacitação da Escola Municipal de Gestão Pública e (iii) o planejamento e execução de Cursos de Capacitação.

O Mapeamento de Necessidades de Capacitação consiste em trabalho de pesquisa que envolve aplicação de questionários, realização de entrevistas e análise de documentos visando identificar as competências que precisam ser desenvolvidas pelos servidores respeitando-se as atribuições dos cargos e as demandas técnicas da Administração Municipal. As competências mapeadas geram subsídios para elaboração de Planos e Programas de Capacitação para os servidores.

O Plano de Capacitação para a Escola Municipal de Gestão Pública – EGESP da Prefeitura de Natal, além de diretrizes pedagógicas e sobre a estrutura e funcionamento da Escola, compreendeu a estrutura curricular de cursos e outras ações educacionais que serão futuramente oferecidos. O Plano de Capacitação contemplou a realização de um Programa Básico e Programas Especiais, que poderão ser oferecidos aos servidores de modo presencial ou a distância.

Foram programados quatro cursos: Formação de Multiplicadores, Elaboração de Projetos, Sistema de Planejamento Municipal e Elaboração de Termos de Referência e Editais que serão realizados entre 2010 e 2011.

Outros Cursos Descentralizados

Ainda de forma descentralizada, foram realizados os seguintes cursos:

Curso	Local de Realização	Participantes
Organizando a Contabilidade Municipal no Contexto das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade	São José dos Campos/SP	32
Regime de Caixa ou de Competência: eis a questão	TCM/PA	69
Anteprojeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Aspectos Conceituais	PM de Porto Velho/RO	34

Programa de Capacitação na Sede do IBAM

Programa de Capacitação oferecido anualmente pelo Instituto por intermédio da ENSUR compreende cursos oferecidos em quatro grandes áreas de conhecimento: i) gestão de pessoas, administração, direito e técnicas de governo, ii) desenvolvimento urbano e meio ambiente; iii) desenvolvimento econômico e social; iv) administração financeira, contábil e orçamentária.

Em 2010 foram realizados na sede do IBAM os seguintes cursos:

- SICONV: Legislação e Operação do Sistema de Convênios.
- SICONV: Gestão e Elaboração de Projetos.
- SICONV: Avançado.
- Concepção e Gerenciamento de Programas e Projetos Municipais.
- Processo e Técnica Legislativa.
- Sistema de Planejamento Governamental.
- Elaboração do Orçamento Municipal.
- Organizando a Contabilidade Municipal no Contexto das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade.
- Gestão e Controle do Patrimônio Financeiro e do Fluxo de Caixa de Entidades Governamentais.
- A Contabilidade da Gestão Pública na Perspectiva das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- Capacitação em Gestão Enérgica Municipal - Promoção IBAM e LIGHT.
- Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Cursos a Distância

Projeto Mulheres e Política: Advocacy de Gênero em Nível Municipal - Curso Democracia e Gênero no Legislativo Municipal - EAD

Acompanhando as tendências do cenário nacional, nos últimos anos, a ENSUR investe na ampliação da oferta de cursos a distância. O Ambiente Virtual de Aprendizagem do IBAM foi concebido para oferecer aos participantes conteúdos técnicos que estimulem a reflexão e o debate em um ambiente cujas funcionalidades permitem interatividade entre “alunos e tutores” e “alunos e alunos”.



DEMOCRACIA E GÊNERO
NO
LEGISLATIVO MUNICIPAL

Com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF) e do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o curso Democracia e Gênero no Legislativo Municipal foi estruturado em módulos e desenvolvido para ser oferecido a distância, pela internet.

Com o objetivo de capacitar agentes políticos, homens e mulheres, para a incorporação de uma perspectiva de gênero na atuação municipal, os participantes tiveram acesso aos conteúdos dos módulos e textos complementares disponibilizados na midiateca do curso, além de participar de atividades interativas como fórum de debates e pesquisas. Em 2010 o Curso Democracia e Gênero no Legislativo Municipal teve 818 participantes, distribuídos em cinco turmas.

No ano de 2010 foram também oferecidos o curso Processo e Técnica Legislativa e um fórum virtual: Mudanças na Lei Complementar nº 101/2000.

Assessoria Técnica

As linhas de trabalho na área de assessoria técnica do IBAM tem por finalidade promover ações de desenvolvimento institucional no âmbito da Administração Pública. Este se reflete na formulação de políticas públicas finalísticas ou setoriais, como é o caso das políticas sociais, ambientais e de turismo, por exemplo, importantes responsáveis pela oferta de serviços à população. Por outro lado, no estabelecimento de medidas e parâmetros transversais que zelam pelo funcionamento e gestão públicas, o estudo e a revisão de processos que conduzem à modernização administrativa, de recursos humanos, bem como ao aperfeiçoamento da área financeira, entre outros aspectos que têm por objetivo promover a responsabilização e a sustentabilidade da Administração Pública, os serviços de assessoria técnica do IBAM se esmeraram e produziram resultados merecedores de destaque. A relação de projetos, apresentados de forma sucinta, a seguir, é ilustrativa das atividades realizadas no período.

Parceria IBAM e ELETROBRAS-PROCEL

O desenvolvimento de ações de eficiência energética para o fortalecimento e a manutenção das atividades da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica – RCE é o objetivo do convênio entre a ELETROBRAS-PROCEL e o IBAM.

As ações desenvolvidas possibilitaram resultados expressivos ao conjunto de linhas de trabalho realizado em 2010.

Migração do Sistema de Informação Energética Municipal - SIEM 6.0 - para Plataforma WEB

O SIEM é um software destinado a auxiliar os gestores municipais no acompanhamento do uso de energia elétrica nos segmentos de consumo do Município –, prédios públicos municipais, sistemas de iluminação pública e de saneamento – que produz efeitos positivos imediatos sobre o gasto público controlando a evolução do consumo, com base na adoção de uma metodologia de gestão voltada para o uso eficiente da energia elétrica.

A migração da versão SIEM 6.0 para a Plataforma WEB permitirá o uso do sistema independente de instalação em computadores locais, evitando perda de dados em caso de falhas no computador do cliente, além de apresentar-se como um sistema



multiusuário, possibilitando que diversos funcionários de uma Prefeitura possam trabalhar simultaneamente, independentes do local, agilizando todo o processo. A versão WEB possibilitará, inclusive, a utilização do SIEM no âmbito estadual e federal e até mesmo a aplicação em uma única unidade consumidora.

Trata-se de uma ferramenta indispensável para a elaboração e implementação das medidas e projetos do Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGE – na medida em que os gestores têm à sua disposição relatórios técnicos que permitem fazer análises comparativas entre o consumo efetivo do Município e os cenários propostos, garantindo a avaliação do resultado da implementação dos projetos de eficiência energética.

Destaca-se na atual versão, em atendimento às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o módulo de Medição e Verificação (M&V) que indicará os resultados das ações de gestão eficiente adotadas nas Unidades Consumidoras do Município.

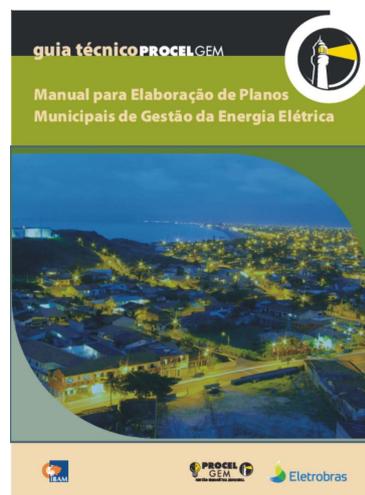
Manual para a Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica - PLAMGEs

A metodologia atualizada para a elaboração de PLAMGEs traz recomendações práticas, testadas e aprimoradas no período de nove anos da sua aplicação nas Administrações Municipais brasileiras, com o objetivo de obter maior eficácia dos resultados.

A versão atualizada é constituída de ações agrupadas em sete etapas, com o objetivo de criar ao longo da sua implementação uma política pública permanente relacionada ao uso eficiente da energia elétrica.

Ao aderir a esta Metodologia, o Município passa a:

- estabelecer princípios, metas, normas e padrões para o uso eficiente e racional da energia elétrica;
- acompanhar e avaliar os resultados obtidos;
- promover e realizar estudos e projetos;
- incentivar a criação de programas de racionalização e conservação de energia específica por tipo e uso final.



7ª Edição do Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica

O Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica é considerado uma das ações que mais contribuem para a divulgação da eficiência energética nos Municípios, pois além de reconhecer e premiar as cidades que mais se destacaram com ações e iniciativas eficientes no uso da energia elétrica, possibilita a replicação de experiências exitosas e incentiva que as concessionárias de energia elétrica realizem ações semelhantes nos Municípios da sua área de concessão.

As ações de eficiência energética adotadas pelas experiências premiadas possibilitaram a redução de aproximadamente 39.000 MWh/ano, o que corresponde a 195 mil residências de classe média do Município do Rio de Janeiro.

Na cerimônia da premiação, dia 11 de novembro de 2011, durante o I Seminário de Gestão da Qualidade – Excelência na Administração, foram agraciadas as seguintes Prefeituras Municipais, segundo as categorias especificadas:

- Educação – Prefeitura Municipal de Timon (MA)
- Gestão Energética Municipal – Prefeitura Municipal de Guarulhos (SP)
- Iluminação Pública – Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT)
- Prédios Públicos Municipais – Prefeitura Municipal de São Lourenço (MG)
- Sistemas de Saneamento – Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS)

Além das experiências premiadas, foram concedidos à Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB) e à Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo do Amazonas, o Prêmio Destaque em Promoção dos Conceitos de Eficiência Energética.

Também foram agraciadas, com o Reconhecimento de Mérito, as instituições que participaram da execução dos projetos premiados: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), EDP Bandeirante Energia S.A., Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT), APS Engenharia de Energia e Rio Grande Energia / Grupo CPFL Energia.



LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. - LIGHT S.E.S.A.

Cumprindo com o seu papel de difusor de mecanismos que promovam ações de eficiência energética no âmbito municipal, o IBAM prestou assessoria técnica à LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (LIGHT S.E.S.A.), uma das empresas distribuidora de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro, para a aplicação da Metodologia de Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs – nos Municípios fluminenses de Barra do Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Pinheiral e Rio Claro.

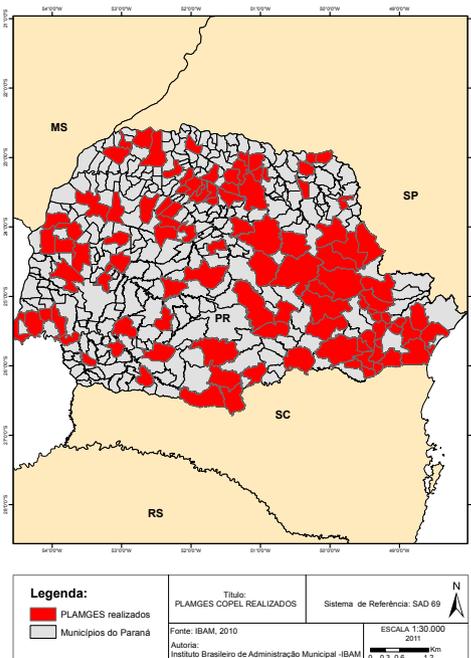
Este projeto, parte do Programa de Eficiência Energética (PEE) da LIGHT S.E.S.A., aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistiu no desenvolvimento de atividades de sensibilização e capacitação dos técnicos municipais, seguida de consultoria técnica aos Municípios ao longo de doze meses, com a execução de etapas relacionadas à estruturação das Unidades de Gestão Energética Municipal – UGEMs; à organização dos dados de consumo de energia elétrica das Unidades Consumidoras (UCs); ao gerenciamento e planejamento do consumo de energia elétrica e à consolidação da GEM, com a análise dos potenciais de economia obtida, o estudo das estratégias de sustentabilidade da UGEM e a elaboração dos PLAMGEs.

A aplicação da metodologia possibilitou avaliar os resultados das ações de gestão eficiente, por meio do método de Medição e Verificação (M&V), cujos resultados apontaram uma redução imediata de consumo de energia elétrica, em torno de 1.000MWh, que corresponde a aproximadamente 4%, ou seja R\$ 300.500,00/ano de economia nas contas públicas.

Caso os Municípios executem os projetos de eficiência energética propostos nos PLAMGEs poderão alcançar uma redução em torno de 38,6% no consumo de energia elétrica, o que corresponde a 10.000MWh/ano ou seja, cerca de R\$ 3.000.000,00 que deixarão de ser gastos anualmente.

Entre as ações de gestão eficiente executadas nas UCs, destacam-se a atualização do cadastro; a avaliação do cancelamento de cobrança em instalações com consumo mínimo; a redução de multas por atraso de pagamento; a identificação do uso indevido de energia elétrica por terceiros; a reavaliação do grupo tarifário e a redução do fator de potência.

COPEL Distribuição S.A. - COPEL DIS



O IBAM, em apoio a COPEL Distribuição S.A. (COPEL DIS), na continuidade das atividades de promoção da Gestão Energética Municipal nos Municípios da área de concessão da concessionária distribuidora de energia elétrica, prestou a assessoria técnica para a implementação da Metodologia de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs em mais 25 Municípios do Estado do Paraná.

Altônia, Ampére, Antonina, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Bituruna, Bocaiuva do Sul, Cambará, Capanema, Corbélia, Cruzeiro do Oeste, General Carneiro, Guaraniaçu, Ivaiporã, Jataizinho, Matelândia, Morretes, Nova Londrina, Ortigueira, Palmital, Peabiru, Piên, Sengés, Siqueira Campos e Tijucas do Sul integraram-se aos demais Municípios paranaenses já contemplados, totalizando 122 PLAMGEs realizados no período de 2002 a 2010.

A assessoria técnica foi iniciada com as capacitações de técnicos das Unidades de Gestão Energética Municipal (UGEMs), responsáveis pela organização, gerenciamento e o planejamento das ações de eficiência energética nos diferentes setores de consumo de energia elétrica (prédios públicos municipais, iluminação pública e sistema de saneamento) do Município. Ao longo do trabalho, as UGEMs contaram com o apoio da equipe de campo do IBAM no desenvolvimento das etapas de organização dos dados de consumo de energia elétrica das Unidades Consumidoras (UCs); gerenciamento e planejamento do consumo de energia elétrica; e consolidação, no qual as diretrizes para a gestão do consumo de energia elétrica em cada Município foram indicadas no PLAMGE.

Com a identificação dos projetos de eficiência energética, durante a etapa de planejamento e propostos nos PLAMGEs, os 25 Municípios contemplados alcançaram uma redução de cerca de 23% nos gastos mensais com energia elétrica, o que corresponde a R\$2.700.00,00, e uma redução de 15,8% no consumo de energia, ou seja, aproximadamente 6.040MWh/ano.

A implementação da metodologia, além de possibilitar efetiva redução no consumo de energia elétrica e, por conseguinte, nas despesas municipais, proporciona uma interlocução positiva entre a COPEL DIS e os Municípios pertencentes a sua área de concessão.

Governo do Estado do Amazonas

Entre os anos de 2009 e 2010, o IBAM, em parceria com o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA), por meio do Departamento de Energias Alternativas e Eficiência Energética, e a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, executou o projeto-piloto de Gestão Estadual Eficiente de Energia Elétrica em nove UCs do Governo Estadual localizadas no Município de Manaus (AM), que representam 12% do consumo de energia elétrica de todo o Estado. A aplicação do projeto-piloto possibilitou a estruturação de uma Unidade de Gestão Energética Estadual – UGEST, estabelecida no CECLIMA, voltada para organizar, gerenciar e planejar o consumo de energia elétrica das edificações pertencentes ao Governo do Estado do Amazonas.

No Estado do Amazonas, a energia é gerada em usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis, sendo produtora direta de Gases de Efeito Estufa (GEE), principalmente o dióxido de carbono (CO₂), e varia de acordo com os diferentes tipos de combustíveis utilizados. No caso específico das termelétricas de Manaus, o combustível utilizado é principalmente óleo combustível, no qual será substituído por gás natural. Para estimar a redução de emissões de dióxido de carbono do projeto, foi calculado pelo produto do potencial da quantidade de energia a ser economizada (MWh/ano) e o fator de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) do combustível atualmente utilizado (óleo combustível) e o novo combustível (gás natural), durante um determinado período.



Os resultados advindos da aplicação de medidas de gestão e dos projetos eficientes de iluminação, refrigeração e de motores, nas nove UCs analisadas do Governo do Estado, e das medidas administrativas a serem realizadas pela UGEST em todas as UCs do Governo do Estado, apontam que o potencial de economia do projeto-piloto é de 8.761,19MWh/ano, o que corresponde à redução de 2.440tCO₂, o equivalente à queima de 1,1 milhões de litros de gasolina.

Como encerramento dos trabalhos, em dezembro de 2010, o Governo do Amazonas realizou a Cerimônia de Lançamento do Documento Final Orientador, elaborado pelo IBAM, juntamente com a equipe do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA), que contém indicações para a realização de projetos eficientes e diretrizes para suas aplicações.

Microalianças Público-Privadas

O IBAM deu continuidade às ações do “Programa de Apoio à Estruturação e Desenvolvimento de Modelos de MicroAPPs Municipais”, iniciado em outubro de 2008, com apoio do BID, com a identificação e seleção dos Municípios que poderiam participar das experiências de implementação de MicroAPPs.

Timóteo foi o primeiro Município a receber a consultoria do Instituto que, nos meses de abril e maio, realizou a pesquisa documental e de campo junto à Prefeitura, à iniciativa privada e às entidades do terceiro setor recolhendo os insumos básicos que resultaram no documento “Potencialidades e Oportunidades em Micro APP”, encaminhado em agosto à Prefeitura.

A capacitação em micro APPs se deu por meio da realização, ainda no mês de agosto, de um seminário local em que foram desenvolvidas palestras sobre o tema das alianças público-privadas e apresentadas experiências concretas destas alianças nas áreas consideradas prioritárias pela Prefeitura: saúde (programa da Secretaria da saúde da Prefeitura de São Paulo), educação (projeto “Cidade do Saber” em Camaçari/Bahia) e saneamento básico (implementação de aterro sanitário no Município de Frutal/Minas Gerais).

A nova legislação instituidora de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010) intensificou o interesse dos Municípios na questão da coleta seletiva e da reciclagem de materiais. Sendo a cooperação público-privada um excelente instrumento para a concretização de projetos nesta área, foi possível alinhar parcerias com Manaus e Ilhéus, para execução em 2011.

Em Manaus está prevista a elaboração do plano de coleta seletiva, o plano de negócios com a inserção da atividade na cadeia produtiva, a capacitação dos catadores, o arranjo institucional de suporte à aliança e o plano de comunicação junto à comunidade.

O contrato para atuação em Ilhéus foi negociado com a CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Bahia) entidade responsável pela construção de aterros sanitários no Estado. A proposta de trabalho, que tem desenho um pouco diferente da de Manaus, leva em consideração que já existe muito trabalho desenvolvido em nível local nesta área, especialmente no que respeita a diagnósticos e planejamentos.

Para a execução dos projetos de Manaus e Ilhéus, o IBAM conta com a parceria do CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), que se compromete com a oferta de consultoria especializada no campo da reciclagem, apoio logístico e busca de recursos econômicos.

Em conexão com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Periurbana do Litoral Norte do Estado de Alagoas, foi firmado, no mês de dezembro, um convênio entre a Agência de Fomento de Alagoas (AFAL) e o IBAM, com o objetivo de integrar alianças público-privadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas na agricultura periurbana. No plano de trabalho estão previstos o reconhecimento da ambiência, diagnóstico e implementação de ações institucionais.

Compras sustentáveis

Por solicitação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o IBAM elaborou estudos técnicos, à luz da legislação vigente, direcionados a possibilitar à Administração Pública Federal a introdução de procedimentos para a contratação preferencial de bens e serviços ecologicamente sustentáveis e de menor impacto ambiental; incentivo ao desenvolvimento de práticas de redução de impactos ambientais na produção e consumo dos bens e serviços contratados; identificação de critérios e instrumentos que induzam e permitam dar preferência, nas contratações públicas, às empresas identificadas com a responsabilidade ambiental e social.

Para o atendimento destes objetivos o IBAM desenvolveu serviços de assessoramento técnico que levaram à produção de estudos para formulação de estratégias para compras governamentais sustentáveis, na esfera federal, cujos títulos estão identificados a seguir:

- identificação da legislação brasileira (federal, estadual e municipal) e da regulamentação estrangeira;
- identificação e análise das principais alternativas e óbices jurídicos à (a) aquisição de bens cujos impactos ambientais sejam benignos ou menos ofensivos e (b) preferência na contratação pela administração pública de empresas identificadas/certificadas como ecologicamente corretas;
- estudo da escala de impacto;
- estudo da oferta de produtos e serviços adquiridos pela ADF;
- enquadramento e recomendações para a sustentabilidade;
- meios de verificação dos critérios de avaliação da sustentabilidade passíveis de serem utilizados nas licitações;
- avaliação econômica do ciclo de vida: estudos de caso;
- impacto financeiro da adoção de compras públicas sustentáveis;
- estudos para formulação de estratégias para compras governamentais sustentáveis na esfera federal.

Programa de Educação Ambiental

Em 2010 o IBAM concluiu a construção e estruturação do Programa de Educação Ambiental da ELETRONUCLEAR. A origem desse processo decorre de uma condicionante específica do Licenciamento Prévio para a construção da terceira unidade da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, qual seja, a que determina a construção de um Programa de Educação Ambiental a partir da realização



de um diagnóstico e seguindo princípios de ação e de participação específicos que constam em Termo de Referência “Orientações Pedagógicas” emanado pelo IBAMA.

O processo de trabalho focalizou os Municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro – situados na área de influência do Complexo Nuclear Álvaro Alberto – CNAA – e mobilizou o conjunto de organizações sociais atuantes na Região, as respectivas Administrações Municipais, além de técnicos das áreas de responsabilidade social, ambiental e trabalhadores da Usina.

O resultado desse processo de construção coletiva resultou na pactuação e validação de um documento básico de orientação do Programa, na definição da forma e dos temas prioritários a serem contemplados e na construção de orientações institucionais e operacionais precisas na direção de sua efetiva implementação.

Pesquisa Diagnóstica e Elaboração do Plano de Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo

O Instituto realizou para o Governo do Estado do Rio de Janeiro a Pesquisa Diagnóstica e Elaboração do Plano de Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo. A iniciativa faz parte do PRODETUR-RJ – Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Rio de Janeiro e teve por objetivo identificar as demandas relacionadas com a qualificação profissional para que o Governo do Estado possa implementar programas de capacitação de mão de obra no turismo. A pesquisa abrangeu 21 Municípios: Angra dos Reis, Mangaratiba, Parati, Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Barra do Piraí, Valença, Vassouras, Rio Claro, Rio das Flores, Itatiaia, Resende, Rio de Janeiro e Niterói.

Realizada por meio de questionários enviados para proprietários e representantes de estabelecimentos dos segmentos de hospedagem, transporte turístico, alimentos e bebidas, artesanato, agências de viagens, guias turísticos, além de empresas ligadas ao setor de

entretenimento e eventos, a pesquisa representou uma grande oportunidade para se reconhecer as demandas e as ações necessárias para a consolidação de uma rede turística dentro dos padrões internacionais de qualidade.

Na segunda etapa o Programa iniciará as ações de qualificação empresarial, que terá como base a sensibilização dos agentes empresariais alcançados no processo participativo do PRODETUR e também buscar conectar os empresários do setor turístico com as modificações e novas tendências verificadas no mercado turístico nacional e internacional.

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás

A fase de elaboração do Diagnóstico Habitacional foi encerrada em dezembro de 2010 com a realização de Seminário para apresentar as condições atuais do setor da habitação no Estado e debater sobre os cenários futuros a serem traduzidos nas propostas do Plano de Ação ao longo de 2011.



A assessoria do IBAM ao Governo do Estado, por intermédio da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, circunscreve-se no âmbito do Programa Estadual Moradia Digna que inclui, além do PEHIS/GO, a realização de um Ciclo de Capacitação dos municípios goianos em Planos Municipais de Habitação de Interesse Social – PMHIS.

O Programa, considerado uma inovação frente ao papel federativo estadual nas ações em habitação, inclui a assistência técnica da AGEHAB a 31 municípios também integrantes do Programa Territórios da Cidadania do Governo federal, para apoio aos processos locais de elaboração do PMHIS. O conjunto de assessorias do IBAM ao Programa Moradia Digna inclui-se no Eixo Planejamento que conta com recursos do FNHIS.

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Alagoas

Concluído em 2010, com a organização de publicação contendo o resumo executivo do Diagnóstico Habitacional e as propostas do Plano de Ação de Habitação de Interesse Social, o PEHIS/AL constitui peça fundamental e atualizada para a gestão do setor pelas instâncias de governo em geral e, particularmente para a Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas, responsável direta pela política habitacional.

O processo de trabalho da assessoria do IBAM foi realizado em extensiva interação com a equipe estadual, com o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social de Alagoas – CGFEHIS/AL, Municípios alagoanos, agentes interessados e sociedade organizada.

Instaurado no âmbito do SNHIS/FNHIS com a interveniência da CAIXA, os resultados pautam-se pela visão da sustentabilidade, considerando não apenas a produção habitacional mas, em espectro mais abrangente, as interações necessárias com as demais políticas, no sentido mais amplo da inclusão social das comunidades alagoanas.



Plano Diretor da Área de Preservação do Campus Manguinhos da Fiocruz

O IBAM vem atuando no apoio a diferentes instituições, detentoras de grandes ou significativas áreas da cidade para fins de planejamento territorial dos seus campi, com base nos princípios da sustentabilidade urbana.

Considerando as diferentes escalas de inserção dessas áreas os trabalhos contemplam as questões relacionadas com a mobilidade e a acessibilidade, infraestruturas, patrimônio histórico e ambiental, regularização fundiária, paisagismo, entre outras que demandam estudos urbanos e proposições para a solução de problemas. Este foi o caso dos planos diretores realizados para a própria FIOCRUZ em 1989 e, mais recentemente, para o Jardim Botânico, o Observatório Nacional e Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Instituto Superior de Educação e o Instituto Nacional de Câncer, todos localizados na Cidade do Rio de Janeiro.

O processo de trabalho leva em conta a interlocução intra e inter institucional, incluindo os órgãos dos diferentes níveis de governo com tutela sobre o patrimônio cultural e ambiental existentes no campus como IPHAN, INEPAC, IBAMA, entre outros.

Iniciado ao final de 2010, o Plano Diretor da Área de Preservação do Campus Manguinhos da FIOCRUZ teve elaborado seu plano de trabalho, instituindo-se as etapas e atividades



para o diagnóstico de problemas e potencialidades e para a formulação de propostas, bem como as condições para o processo de discussão com os setores diretamente responsáveis pela gestão territorial do campus e acompanhamento da assessoria – constituído em um Grupo Gestor -, um Comitê interinstitucional – composto por representações dos diversos setores com sede no campus, IPHAN e INEPAC, e uma instância para

participação de toda a comunidade Fiocruz interessada na forma de um Fórum ampliado e outros meios de comunicação interna.

O campus, localizado às margens da Avenida Brasil possui cerca de 850 mil metros quadrados e detém importante acervo histórico e ambiental com exemplares da arquitetura eclética do início do século XX, da arquitetura modernista dos anos 50 e expressiva área florestada.

Prefeitura Municipal de Natal - Modernização Administrativa, Fiscal e Urbanística

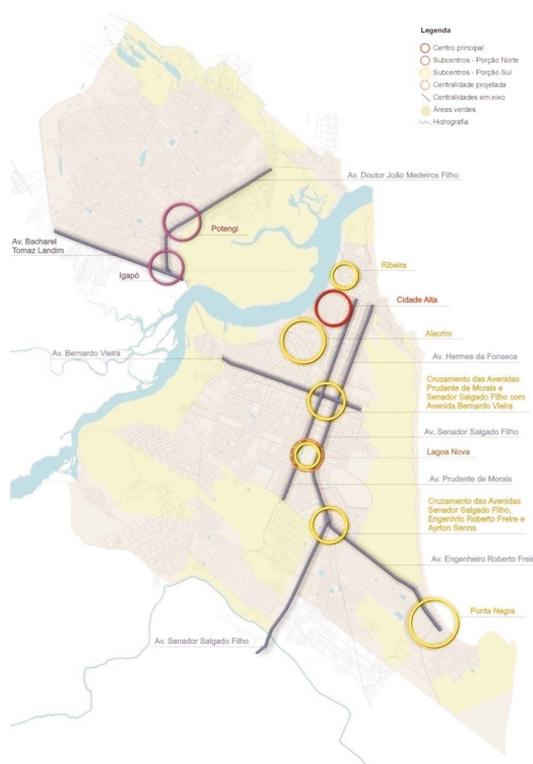
O contrato entre a Prefeitura Municipal de Natal/RN e o IBAM, no âmbito do Projeto para Modernização Administrativa e Fiscal, resultante de acordo entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM, teve continuidade em 2010, com ações relativas a seus dois componentes: Subprojeto 1 – Redesenho de Processos e Subprojeto 2 – Atualização e consolidação de legislação.

Entre os produtos desenvolvidos nessas temáticas ressaltam-se:

- Manual de Redação Oficial da Prefeitura;
- Anteprojeto de Lei do Código Tributário;
- Anteprojeto de Lei do Código Urbanístico e Ambiental;
- Plano de Capacitação da Escola Municipal de Gestão Pública;
- Instruções Normativas de Compras, Contratos e Convênios;
- Revisão dos processos de trabalho.

Especial destaque merece o trabalho desenvolvido em estreita cooperação com a Secretaria de Urbanismo de Natal desde o final do ano de 2008 e concluído em 2010, que oferece à administração os instrumentos mais evoluídos e adequados à indução do desenvolvimento urbano e à gestão da produção do solo e de espaço urbano de Natal, fundamentados em princípios de preservação ambiental e da valorização social da propriedade, em acordo com o Estatuto da Cidade.

Assim, além da regulamentação de procedimentos relativos à regulamentação do uso do solo para fins urbanos e à produção do espaço construído, em relação a cada área ou zona



da cidade, buscou-se ainda a equalização dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, visando tanto à recuperação dos investimentos do Poder Público que tenham resultado na valorização de imóveis urbanos, como à criação de novas oportunidades para o desenvolvimento urbano e a inclusão territorial da Cidade do Natal.

Com esses objetivos, foram desenvolvidos e regulamentados os seguintes instrumentos e procedimentos:

- Anteprojeto de Lei do Código Ambiental;
- Regulamentação do Código Ambiental;
- Regulamentação do Código Urbanístico;
- Regulamentação dos Planos Setoriais inseridos no Plano Diretor do Natal;
- Regulamentação de Outorga Onerosa do Direito de Construir e da Transferência de Potencial Construtivo;
- Regulamentação e revisão das Zonas de Proteção Ambiental;
- Elaboração das Operações Urbanas consorciadas previstas no Plano Diretor do Natal.
- Redesenho de processos e rotinas da ação da Secretaria de Urbanismos de Natal

Reestruturação Administrativa

Necessidades e demandas da população são imprescindíveis insumos para a formulação de propostas de políticas públicas que originam programas de ação governamental os quais, por sua vez, deveriam orientar a decisão dos eleitores quanto aos ocupantes de cargos eletivos. É neste contexto que a estrutura organizacional da Administração Pública em geral, bem como a de seus órgãos e entidades deve ser discutida e delineada. Projetos voltados para a organização e para a divisão do trabalho realizados no período objeto deste documento visaram adequar as Administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, sempre que possível estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade.

Sob este enfoque foram realizados projetos para as Câmaras Municipais de Alfenas/MG, Bragança Paulista/SP e Mendes/RJ, bem como para as Prefeituras Municipais de Piracaia/SP, São Manuel/SP, Bragança Paulista/SP, Sales Oliveira/SP, Trajano de Moraes/RJ e Vinhedo/SP.

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos

O alcance dos resultados organizacionais pretendidos pela Administração Pública depende da qualidade e adequação, entre outros fatores, dos recursos humanos. A gestão de pessoas se legitima e se consolida tanto pelo aproveitamento do potencial dos servidores já existentes na estrutura administrativa de órgãos e entidades, como pela possibilidade de realizar o recrutamento de novos servidores com base em perfis de cargos concebidos segundo as efetivas necessidades locais. A implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos possibilita à Administração dispor de recursos técnicos e de gerenciamento para valorizar e melhor aproveitar os talentos a seu alcance.

O IBAM elaborou projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para as Câmaras Municipais de Alfenas/MG, Armação dos Búzios/RJ, Bragança Paulista/SP, Cordeiro/RJ e Mendes/RJ, e para as Prefeituras Municipais de Piracaia/SP, São Manuel/SP, Rio Bonito/RJ, Sales Oliveira/SP, São José dos Pinhais/PR e Vinhedo/SP.

Foram desenvolvidos também projetos de Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A – NUCLEP e do pessoal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Estância/SE.

Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério

A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2010, as Prefeituras Municipais de Piracaia/SP, Bom Jesus da Lapa/BA, Luziânia/GO e Rio Bonito/RJ, atentas às suas necessidades, procederam à revisão de seus Estatutos do Magistério com a assessoria do IBAM.

O IBAM elaborou também o Projeto de Estatuto e Plano de Carreiras e Remuneração do Magistério para a Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ.

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

As Prefeituras Municipais de Rio Bonito/RJ e de Sales Oliveira/SP tiveram a assessoria do Instituto para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a aos preceitos da Constituição Federal, à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante. Da mesma forma foram elaborados e concluídos Projetos de Estatuto para as Prefeituras Municipal de Piracaia/SP e Trajano de Moraes/RJ, bem como para a Câmara Municipal de Mendes/RJ.

Sistema Municipal de Avaliação da Educação Básica

Os sistemas de avaliação têm como objetivos principais subsidiar a elaboração de diagnósticos sobre a realidade educacional; acompanhar e monitorar as políticas voltadas à promoção da eficácia e equidade e assegurar a transparência das informações, disseminando resultados e prestando contas à sociedade.



O IBAM realizou em 2010, em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Real (RJ), a implementação de Sistema de Avaliação da Educação Municipal voltado ao cumprimento da Lei Municipal nº 381, de 5 de janeiro de 2010, que “Dispõe sobre a Gratificação para Desenvolvimento Educacional de Porto Real – GIDEP”, com vistas a:

- avaliar o nível de desempenho dos alunos e das escolas municipais de Porto Real;
- distribuir gratificações aos profissionais da Educação de acordo com o desempenho dos alunos e das escolas nas quais estão inseridos; e
- contribuir para o aumento gradativo do nível de aprendizagem dos alunos das séries atendidas pela Prefeitura.

O trabalho consistiu no mapeamento da qualidade do serviço prestado quanto à infraestrutura, condições de aprendizagem, trabalho docente, gestão escolar e resultados, através de:

- avaliação dos aspectos contextuais ligados ao funcionamento das unidades escolares (questionários e pautas de observação);
- diagnóstico do desempenho dos estudantes em relação ao nível de escolaridade realizado através da aplicação de provas, que foram elaboradas observados os parâmetros curriculares nacionais e os planejamentos dos professores;
- avaliação qualitativa da educação Infantil, que considerou aspectos relativos ao desenvolvimento da oralidade, psicomotricidade, inteligência lógico-matemática, socialização, iniciação à leitura e linguagem escrita e outros aspectos afetivo-relacionais.

Os resultados obtidos atenderam à expectativa de todos os envolvidos, tornando-se experiência que servirá de exemplo para novas iniciativas no campo da avaliação educacional.

Revisão de Projetos

Em um esforço para sistematizar e compatibilizar os documentos legais que embasam o processo de institucionalização municipal, o IBAM procedeu à revisão dos seguintes projetos junto à Câmara Municipal de Poços de Caldas/MG:

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal;
- Estrutura, Carreira e Ética da Guarda Municipal;
- Estrutura da Procuradoria Geral do Município;
- Criação da Carreira de Procurador Municipal;
- Fundo de Modernização da Procuradoria Geral – FUMPRO;
- Servidores não transportados para o Regime Jurídico Estatutário da Administração Direta e Indireta do Município.

Concurso Público

A realização de concursos contribui para o desenvolvimento institucional da Administração Pública: a melhor qualificação do quadro de pessoal, a implementação do sistema do mérito e a valorização das carreiras produzirão impactos positivos na profissionalização dos servidores públicos e das ações governamentais. As equipes estarão melhor preparadas para enfrentar os desafios da gestão, ocasionando ampliação da credibilidade do setor como ente capaz de exercer a competência que lhe é destinada constitucionalmente e oferecer mais e melhores serviços à população.

O concurso é ferramenta para a democratização das oportunidades de trabalho no serviço público, onde todos os inscritos passam pelas mesmas chances de disputar cargos e empregos públicos, de maneira impessoal. Respeitados os princípios constitucionais de igualdade e isonomia, os melhores candidatos são avaliados e selecionados pela expressão de seu conhecimento e competência mediante provas ou provas e títulos.

O assessoramento que o IBAM faz na realização de concursos públicos, que inclui todas as etapas do certame, desde a elaboração dos instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais, é o resultado de anos de experiência, onde a estreita articulação com a equipe do órgão público nas definições e decisões necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos é sempre fator decisivo de sucesso.

Em 2010 foram realizados 68 concursos para as entidades a seguir relacionadas.

Contratante	Candidatos Inscritos
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP	396
Câmara Municipal de Barbacena/MG	524
Câmara Municipal de Cubatão/SP	14.323
Câmara Municipal de Pindamonhangaba/SP	1.090
Companhia Tróleibus Araraquara/SP (dois concursos)	144
Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca/SP	961
Instituto de Previdência Municipal de Mogi das Cruzes/SP	305
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira/SC	76
Nuclep - Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A	9.684
Prefeitura Municipal de Araraquara/SP (oito concursos)	12.866
Prefeitura Municipal de Borda da Mata/MG	1.641
Prefeitura Municipal de Caçador/SC	2.754
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul/SC	286
Prefeitura Municipal de Catanduva/SP (cinco concursos)	3.843
Prefeitura Municipal de Franca/SP (dois concursos)	3.246
Prefeitura Municipal de Gaspar/SC	421
Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP (treze concursos)	24.645

Contratante	Candidatos Inscritos
Prefeitura Municipal de Imbituba/SC	781
Prefeitura Municipal de Indaial/SC	516
Prefeitura Municipal de Leopoldina/MG	3.918
Prefeitura Municipal de Limeira/SP	17.680
Prefeitura Municipal de Mauá/SP (dois concursos)	22.557
Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes/SP (três concursos)	14.535
Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul/RJ	817
Prefeitura Municipal de Praia Grande/SP (três concursos)	16.862
Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP (cinco concursos)	2.575
Prefeitura Municipal de Santo André/SP (três concursos)	25.463
Prefeitura Municipal de Santos/SP	30.099
Prodesan – Progresso de Desenvolvimento de Santos/SP (dois concursos)	1.008
Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba/SP	182
Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva/SP	95

Diagnósticos Institucionais

O IBAM assessorou a Prefeitura Municipal de Araçatuba/SP desenvolvendo Projeto de Diagnóstico Institucional, com o objetivo de proporcionar à Administração os subsídios necessários ao fortalecimento das áreas de organização, de gestão de pessoas e de projetos e contratos, visando identificar aspectos positivos e possíveis problemas, distorções e irregularidades relacionadas à organização administrativa; meios para a valorização dos recursos humanos envolvidos com o planejamento, a gestão e a execução das políticas públicas, bem como prioridades relacionadas à gestão de contratos em andamento.

Nessa mesma linha o IBAM desenvolveu Projeto de Diagnóstico Jurídico-Institucional para a Prefeitura Municipal de Silva Jardim/RJ, no tocante à sua organização administrativa e à situação funcional de seus recursos humanos, com a apresentação de recomendações para orientar a solução dos entraves e disfunções encontrados.

Programa de Ação Imediata de Trânsito

A Prefeitura Municipal de Lavras/MG teve o assessoramento do IBAM na implantação do novo Plano de Circulação para a Cidade contemplando soluções integradas para o transporte e o trânsito, objetivando a fluidez no tráfego, principalmente do transporte coletivo, priorizando o deslocamento e a segurança de pedestres.



Aperfeiçoamento da Administração Tributária

A Prefeitura Municipal de Bragança Paulista/SP contratou o IBAM para assessorá-la nas atividades de desenvolvimento institucional, objetivando a modernização de suas práticas tributárias, mediante a execução dos Projetos de Revisão do Código Tributário Municipal e de Revisão, Atualização e Adequação da Planta de Valores ao novo Código Tributário.

Em Hortolândia/SP, o IBAM prestou assessoria objetivando a execução do Projeto de Revisão do Código Tributário Municipal e de realização do Diagnóstico da Gestão Tributária. A execução do Projeto teve como principal atividade avaliar a legislação tributária atual do Município nos seus aspectos legais, impositivos e financeiros, oferecendo alternativas de reformulação do Sistema Tributário do Município acompanhadas de argumentos e justificativas embasados na realidade socioeconômica local, nos princípios das finanças públicas e na doutrina, com vistas a auxiliar os gestores municipais na formulação e implementação de nova política tributária que mais se coadune com os programas e metas governamentais.

Gestão da Dívida Ativa

Em setembro de 2010 foi estabelecido com os Municípios de Porto Real, Hortolândia e Jacareí o contrato de assessoramento técnico em desenvolvimento institucional com foco na Gestão da Dívida Ativa, compreendendo, entre outros, os componentes de:

- procedimentos administrativos para inscrição, cobrança, recebimento e baixa da dívida ativa – manual de procedimentos;
- capacitação de servidores municipais vinculados à gestão da dívida ativa;
- depuração e atualização do banco de dados da dívida ativa;
- determinação de estratégias de recuperação de créditos inscritos ou não inscritos em dívida ativa; e
- acompanhamento e assessoramento à recuperação de créditos municipais.

Gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

A implantação da Nota Fiscal Eletrônica nos Municípios garante a modernização do setor público. Com o sistema é possível registrar as operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), garantindo mais segurança, agilidade nos lançamentos de tributos e e ainda guias, boletos e livros eletrônicos via internet. Em 2010 o IBAM concluiu a assessoria técnica e a capacitação de pessoal para a implantação da Nota Fiscal Eletrônica nos seguintes Municípios:

1. Nova Friburgo/RJ – Comparando-se os períodos de junho a dezembro de 2009 e 2010 foi identificado um incremento na arrecadação na ordem de 10%. Foram emitidas um

total de 170.113 Notas Fiscais eletrônicas Inteligentes por mais de 2.800 contribuintes cadastrados para a emissão da NFe®.

2. Porto Real/RJ – Com o início da emissão de Notas Fiscais eletrônicas em agosto 2010, o Município alcançou, comparados os períodos 2009 e 2010, 50% de incremento da arrecadação do imposto.
3. Niterói/RJ – Em função da dimensão e complexidade do Município de Niterói, o processo de implantação da Metodologia de Gestão do ISSQN demandou algumas adequações no sistema de gestão do ISSQN solicitadas pelo Município, de forma a atender suas necessidades específicas. No momento, estão devidamente autorizados para a emissão da NFe® cerca de 4.500 contribuintes.
4. Teresópolis/RJ – A metodologia de gestão do ISSQN em Teresópolis está consolidada e pôde-se identificar um incremento na arrecadação de 2009 para 2010 superior a 40%. Em setembro o IBAM apresentou sugestões de ações para serem executadas pela fiscalização com o objetivo de aumentar ainda mais a arrecadação do ISSQN.
5. Nerópolis/ GO – Em Nerópolis as atividades foram iniciadas no final de 2010, sendo realizadas, até o final do ano, apenas as atividades de capacitação e discutidos os modelos de decretos de implantação da NF-e e de nomeação dos substitutos tributários.

Plano Municipal de Saneamento Básico

Em julho de 2010 o IBAM foi contratado pelo Município de Porto Real para prestar assessoramento técnico em desenvolvimento institucional com foco na Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, compreendendo o Sistema de Abastecimento de Água e o Sistema de Esgotamento Sanitário da área urbana do Município.



Durante o período de assessoramento o IBAM cumpriu as seguintes etapas:

1. diagnóstico da situação do saneamento e de seus impactos nas condições de vida da população;
2. prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento;
3. programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;
4. ações para emergências e contingências;
5. mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas e mecanismos de participação social neste processo;

6. estudo de viabilidade econômico-financeira;
7. versão final do plano municipal de saneamento.

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória

Na perspectiva da regionalização da gestão dos resíduos sólidos, o IBAM finalizou em 2010 o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória, beneficiando diretamente os sete Municípios que integram a região metropolitana – Fundão, Serra, Vitória, Cariacica, Viana Vila Velha e Guarapari. Este projeto foi realizado no âmbito do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (CONDEVIT) e apoiado tecnicamente pelo Instituto Jones dos Santos Neves.



A elaboração do PDRS-RMGV apresentou os arranjos operacionais e institucionais para os serviços de limpeza urbana, de manejo dos resíduos sólidos urbanos, de resíduos da construção civil, de serviços de saúde, da coleta seletiva de materiais recicláveis e da disposição final.

Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Manaus

O Plano Diretor de Resíduos Sólidos de Manaus (PDRS–Manaus), elaborado pelo Governo do Estado do Amazonas, no âmbito do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, em parceria com a Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos – SEMULSP e com apoio técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, foi entregue ao Município em 2010.

O PDRS-Manaus consiste num instrumento de planejamento em prol do aperfeiçoamento da gestão dos serviços públicos de resíduos sólidos, com o estabelecimento de diretrizes e metas para o fortalecimento institucional, administrativo e de modernização tecnológica com inclusão socioeconômica.



As principais recomendações para a melhoria dos serviços estão direcionadas para a construção de um aterro sanitário associado à remediação da atual área de disposição final, a implementação da coleta diferenciada dos resíduos sólidos urbanos associado ao incremento da coleta seletiva com a participação dos catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas ou associações.

O Plano agregou as informações do diagnóstico, das proposições para operação e gerenciamento do sistema de resíduos sólidos, dos aspectos legais correlatos e dos estudos de viabilidade econômica.

Assistência Técnica Internacional ao Projeto 13 Cidades - Componente Resíduos Sólidos - Moçambique

Foi realizada visita técnica de acompanhamento e avaliação da situação da gestão dos resíduos sólidos e da sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços pelos municípios contemplados pelo programa, listados a seguir:

- Pemba, Mocimboa da Praia e Montepuez na Província de Cabo Delgado,
- Quelimane e Mocuba na Zambézia,
- Ilha de Moçambique, Nampula e Nacala em Nampula,
- Metangula e Cuamba no Niassa,
- Marromeu, Dondo e Beira na Província de Sofala.

Na missão realizada no período de 17 de Julho a 3 de Agosto de 2010, as visitas se deram junto aos municípios de Nampula, Nacala e Ilha de Moçambique, onde foram realizadas reuniões com os Presidentes dos Conselhos Municipais, com Vereadores, Diretores e com as equipes técnicas locais. Foram também realizadas visitas a campo para verificar os avanços e os constrangimentos que não permitiram alcançar as recomendações indicadas em missões anteriores e propor os ajustes necessários à prestação dos serviços.

Os modelos de gestão adotados pelos 13 municípios para a prestação dos serviços, de uma maneira geral, são bastante similares. Excetuando-se o município de Quelimane, que constituiu uma empresa municipal, a EMUSA, os demais municípios fazem a gestão dos serviços através de um órgão da administração direta, com orçamento e planejamento dependentes diretamente do Conselho Municipal.

Avaliação Ambiental Estratégica do PRODETUR - RJ

Encontra-se em andamento a Avaliação Ambiental Estratégica dos Projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no âmbito do PRODETUR/RJ – Ministério do Turismo.

A AAE consiste em um procedimento de análise do conjunto de investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/RJ sobre os ambientes naturais e culturais, locais e regionais, em 23 Municípios fluminenses, visando ao incremento da atividade e à interiorização do turismo no Estado. Seus resultados irão contribuir para a identificação de: (i) sinergias entre os objetivos do desenvolvimento e o uso sustentável dos produtos turísticos e (ii) eventuais riscos ou danos socioambientais decorrentes de sua implantação; e apontarão ajustes e complementações ao Programa.

A partir da análise integrada das variáveis Região e Território, Turismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Institucional e Governança, Desenvolvimento Urbano e Patrimônio Histórico-Cultural e Saneamento Ambiental foram analisados impactos dos investimentos nos Polos Serra – subpolos Vale do Café; Agulhas Negras e Serra Verde Imperial – e Polo Litoral – subpolos Metropolitano, Costa Verde e Costa do Sol – estão sendo avaliados impactos dos investimentos do Programa, projetando-se cenários para 2020 e elaborando-se recomendações de intervenções corretivas de maneira a minimizar eventuais impactos negativos e a potencialização de resultados positivos dos investimentos. A conclusão da Avaliação Ambiental Estratégica do Prodetur/RJ está prevista para o início do exercício de 2011.

Trabalho e Empreendedorismo da Mulher

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher ganhou sua definição de Programa Nacional em 2008, passando a atuar nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste em parceria com os Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Distrito Federal.



Em ambas as unidades da Federação – DF e SC – foi possível alcançar resultados bastante satisfatórios no que diz respeito à abrangência territorial, à escala de atendimento e aos impactos sobre a vida das mulheres de baixa renda.

Com a parceria ativa de Secretarias de Estado como da de Estado e Trabalho – SETRAB/DF, da de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST/DF, através da participação dos técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e, em Santa Catarina com a parceria da Coordenadoria Estadual da Mulher, órgão vinculado ao Gabinete do Governador e com a Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação – SST, bem como Secretarias do Trabalho, de Assistência ou Desenvolvimento Social e os organismos de políticas para mulheres nos Municípios.

Foram atendidas 15 das 30 regiões administrativas existentes no DF, agrupadas em quatro Polos, e seis Municípios no Estado de Santa Catarina.

Participaram dos seminários sobre empreendedorismo, trabalho e ocupação 1.398 mulheres e dos cursos de formação nestes temas 340 mulheres.

Nas atividades desenvolvidas pelo IBAM voltadas para a sensibilização e formação sobre políticas públicas de trabalho, renda e empreendedorismo, direitos humanos, gênero e

raça, tivemos a participação de 587 gestoras e técnicas públicas – das áreas de trabalho, assistência social e também de políticas para as mulheres.

Para alcançar esses resultados e contribuir para a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas sociais das áreas de trabalho e assistência social foram mobilizadas e coordenadas pelo IBAM reuniões mensais de avaliação de processos e resultados intermediários, monitoramento e planejamento estratégico do Programa, juntamente com o SEBRAE, BPW e, quando necessário, com a SPM e outras organizações do Estado ou do Município. Nesta direção utilizou-se também da tecnologia através de e-groups e do site oficial do Programa (www.pntem.org.br).

Os momentos de culminância no DF e em SC aconteceram em setembro e outubro de 2010 com a participação cerca de 300 mulheres. Nos eventos de comemoração, que contaram com a presença de mulheres atendidas pelo Programa, gestoras, técnicas e representantes das organizações executoras, foram apresentados alguns cases de sucesso e depoimentos exemplares que representaram os resultados do Programa. Muitos foram os depoimentos de mulheres que após a participação nos cursos relataram um aumento da autoconfiança e autoestima e abertura de horizontes e das perspectivas em direção à sua autonomia. Houve mulheres que criaram novos negócios ou desenvolveram os existentes. Outras deram início ao acesso ao crédito.

Em relação as/os gestoras/es relatou-se o aumento do nível de conhecimento acerca de temas transversais ao atendimento como gênero, raça e direitos.

O Programa em Pernambuco e Pará também está atingindo suas metas, principalmente do ponto de vista qualitativo. Iniciado no segundo semestre de 2010, foram realizadas três reuniões de sensibilização com 100 representantes locais de nove dos 14 Municípios que serão atendidos e estão agrupados em mais quatro dos sete Polos definidos. Conseguiu-se em todos eles o apoio para o deslocamento das mulheres para os cursos e as oficinas e a disponibilização de espaços para a realização das atividades. Em relação à participação das mulheres, 221 estiveram nos Seminários.

PARÁ
TRABALHO E
EMPREENDEDORISMO
da MULHER

SEMINÁRIO REGIONAL
Mulher e Empreendedorismo

Programação

- ✓ 13h - Credenciamento
- ✓ 14h - Composição de mesa
- ✓ 14h40 - Palestra: *Mulher no Século XXI - gênero e*

Informações gerais

Local: Auditório da Câmara dos Vereadores

Parceiros: Pernambuco, Paraíba, SEBRAE, IBAM, etc.

No último dia 24 de novembro foi realizada em Pernambuco a reunião com as gestoras locais com o objetivo de apresentar o mapeamento realizado pelo IBAM das ações, projetos e programas no âmbito do governo do Estado que atendem à questão de gênero, trabalho e ocupação.

O mapeamento revelou um panorama interessante no que diz respeito às políticas voltadas para o atendimento à mulher no Estado de Pernambuco. Foram levantadas informações sobre os programas, projetos e ações no que diz respeito ao perfil da equipe envolvida, à existência de parcerias para a sua execução, à abrangência geográfica, os objetivos e

metas e critérios de acesso à iniciativa, mecanismos de divulgação, recursos envolvidos, estratégias de integração com os Municípios e dificuldades e avanços. Também buscou caracterizar o perfil do público atendido quanto ao sexo, idade, renda, orientação sexual, deficiência, raça/cor.

Perfil das mulheres atendidas pelo Programa:

- 70% das mulheres estão na faixa de idade entre os 21 e os 50 anos;
- 65% se autodeclaram afrodescendentes (pardas e negras);
- 55% se declaram casadas ou viverem em união estável;
- 30% são responsáveis pelo sustento familiar;
- 35% possuem em média dois filhos;
- 40% participam de grupos sociais, como por exemplo grupos de mulheres geridos por programas sociais públicos sociais ou grupos religiosos;
- 40% concluíram o ensino médio e 30% não concluíram o ensino fundamental;
- 1/3 das mulheres estão ocupadas na área de artesanato;
- 55% trabalham por conta própria (são autônomas);
- 45% sobrevivem com até 1/2 salário mínimo por mês;
- 35% são beneficiárias de programas de transferência de renda, sendo a grande maioria do Bolsa Família.

Ação cultural e responsabilidade social

Além de manter em circulação a *Revista de Administração Municipal – Municípios*, conservar sua biblioteca aberta ao público e o acordo de coedição com a Editora Lumen Juris, em 2010 o IBAM reformulou sua homepage, com novo desenho e conteúdos, tornando-a mais dinâmica e com maior volume de informações, estudos e publicações de interesse livremente disponíveis para o público.



O IBAM concentra no programa IBAM Cultural seus investimentos voltados para a comunidade em ações formativas e educacionais. O objetivo é fortalecer seus laços com a sociedade e oferecer oportunidades para a efetiva redução das desigualdades, incentivando oportunidades de desenvolvimento educacional e artístico para alunos da rede pública de ensino.

Fomenta-se o diálogo entre as diversas referências culturais, tendo como foco a busca por novos formatos de conhecimento para a geração de trabalho, de emprego e renda. O impulso ao trabalho associado e ao cooperativismo ganhou, desde 2009, um suporte decisivo com o modelo de gestão da incubadora A Cena da Cidade.

A estrutura de funcionamento implementada proporcionou um ambiente de experimentação, apoio e transferência técnica. Os resultados apurados este ano no programa IBAM Cultural, com investimentos diretamente voltados para a comunidade em grupos de ações articuladas no âmbito da organização, distribuição, empreendimento e criação do produto cultural, não restam dúvidas sobre o caminho traçado para impulsionar a ação cultural do Instituto.

O Programa IBAM Cultural foi ampliado e classificado pela natureza sociocultural e sua interface socioeducativa:

- Música no IBAM – concertos eruditos e instrumentais populares;
- IBAMBINI: um olhar musical – concertos didáticos para crianças e jovens de escolas públicas;

- A Cena no IBAM – mostras de repertório em artes cênicas;
- A Cena da Cidade – incubadora de projetos cênicos de natureza social.



Música no IBAM

Em 2010, o projeto Música no IBAM manteve suas principais características. Os concertos didáticos do IBAMBINI, além de serem abertos ao público, tiveram como convidados especiais alunos e professores de escolas próximas ao IBAM: Colégio Pedro II – Unidade Humaitá, CIEP Presidente Agostinho Neto e Centro Educacional Pequena Cruzada. Nas apresentações, além de interpretarem músicas clássicas já inseridas no imaginário popular,

os artistas aproveitavam para dar explicações sobre as obras e os autores, e também conversar um pouco com os estudantes, respondendo a suas perguntas.

Outro grande diferencial obtido com o IBAMBINI foram as parcerias firmadas entre o IBAM e o Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário (CBM-CEU) e a Escola de Música da UFRJ.

A realização do IBAMBINI, dentro do Música no IBAM, faz parte da estratégia do instituto de redesenhar este projeto tão tradicional, dando a ele um perfil de maior compromisso com a educação musical sem fazer com que perca suas características originais. Mais uma vez, o patrocinador da empreitada musical do IBAM foi o Banco Credit Suisse.

A Cena da Cidade



Foram firma das parcerias de sucesso entre o IBAM e o SESI/ RJ; Escola SESC; Escola de Direção Teatral da UFRJ, e a UniverCidade.

Os resultados em contribuições e reconhecimento institucional não se limitaram à circulação da produção artística. A experiência adquirida com as práticas de gestão fundamentaram várias colaborações no âmbito das políticas públicas da Cultura, tais como:

- ações conjuntas com a Associação de Grupos e Companhias de Teatro do Rio para propostas de ação continuada junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;

- ações conjuntas com o Sebrae, o Ministério da Cultura e as demais representações do Rio, por meio da atuação no Fórum de Artes Cênicas.
- ações conjuntas com as Secretarias de Cultura de Estado e do Município para o lançamento e criação de Grupo de Trabalho na definição de Marco Regulatório da Cultura.

A Cena da Cidade é um projeto de intercâmbio e circulação de idéias, trabalho e conhecimento, onde a continuidade do diálogo é ferramenta para iniciativas que atendam às demandas coletivas com a presença permanente da cena nas atividades da cidade.



É com esse intuito que o painel de negócios apoiado pelo SEBRAE apresenta para empresas e profissionais interessados os produtos e serviços artísticos utilizados nas criações geradas pelos integrantes e parceiros do projeto A Cena da Cidade: brandings culturais, franquias em exposições e formatos divertidos e interativos. O DJ MAM e a Cirkus Interativus participaram com apresentações artísticas e depois fizeram uma apresentação corporativa demonstrando seus produtos e serviços culturais, tecnologia desenvolvida etc. O ator Ricardo Blat apresentou o monólogo “O Amor é Lindo” e no painel de negócios participou com palestra sobre administração de talentos.

Na 3ª Mostra, o diálogo entre os processos de criação, os meios de produção, o público e a cidade apareceram com clareza: dramaturgos contemporâneos, livros que entram em cena, músicas que contam histórias, painel de negócios culturais, circo e tecnologia, máscaras, palhaçaria, a rua é palco, o palco é a casa. A Cena da Cidade fez jus ao nome e extrapolou os limites do IBAM, onde foi idealizada, e se espalhou pelas ruas e outros espaços cariocas.

O grupo venezuelano Teatro de Contrajuego abriu a terceira mostra com a peça Quartett, do dramaturgo alemão Heiner Müller. De São Paulo, Mário Bortolotto trouxe sua voz rascante em música e poesia – lançou no IBAM o livro “Um bom lugar para morrer” e, em seguida se apresentou junto com sua banda de rock Saco de Ratos. E dos grupos do Rio de Janeiro compuseram a cena:

A Cena nas Ruas – Teatro do Anônimo – intervenção urbana na feira-livre em frente ao Teatro Gláucio Gil em Copacabana, com participações de Renata Sorrah e Marco Nanini; Intervenção Urbana “ZIMBA na Praça”, ocupação do grupo Milongas no Teatro Ziembinsky, com Orquestra de Palhaços. Abertura: Os Itinerantes e Cia Hátor; “A Palavra da Periferia”, coordenação do diretor e ativista cultural Marcus Vinicius Faustini, nas ruas da Lapa.

Processos de criação: “Musas”, de Nestor Caballero e “Na Iona”, com As Comediantes.

A Cena na Noite, trailers ao vivo dos espetáculos com projeções e DJ: “Cartas de Amor”, direção de Flávio Graff e Emílio de Mello, com Dedina Bernardelli e Fernando Alves Pinto e “A Inevitável História de Letícia Diniz”, de Marcelo Pedreira, com Rosanne Mulholland e Saulo Rodrigues “Guia Afetivo da Periferia”, de Marcus Vinicius Faustini, e Estúdio Eletrônico com DJ MAM, direção de Vinícius Arneiro.

Ensaio aberto do espetáculo “Igual a Você”, direção de Ernesto Piccolo, com Camila Morgado, Bia Nunes e Anderson Müller no elenco.



Espetáculo “Vazio É O Que Não Falta, Miranda”, de Diogo Liberano. Criação, dramaturgia e atuação: Adassa Martins, Helena Cantidio, Fabíola Sens e Flávia Naves; “Homens Gordos de Saia”, de Nicky Silver. Direção: Morena Cattoni. Elenco: Daniel Chagas, Marcéli Torquato, Natasha Corbelino e Zeca

Carvalho; “Mulheres de Caio”, textos de Caio Fernando Abreu, direção: Delson Antunes, elenco: Linn Jardim, Paula Guimarães, Patrícia Elizardo, Bruna Spinola, Rhavine Crispim, Carol Fazu, Joana Gervais e Larissa Sarmento.

Treino para atores, com Rodrigo Nogueira.

A Cena para Escolas: “Com a boca no mundo”, show dos Réus Confessos; “Aninha contra o feiticeiro de Lixxox”, de Marcus Galina, Coletivo Monte de Gente.

Falando na Cena: Camilla Amado e amigos das artes conversam sobre a cena na cidade.

A Cena do Drama: programa de teatro, palavras de Julia Spadaccini (“Os Inocentes”), Renata Mizrahi (“Joaquim e as estrelas”), Felipe Barenco (“Meu Caro Amigo”), Jô Bilac (“Savana Glacial”) e Rodrigo Nogueira (“Os Inocentes” e “Ponto de Fuga”); “Nível 6”, com o Grupo Garimpo, de Ricardo Libertini.

Facedrama, dramaturgia coletiva online, desafios de improviso escrito. Coordenação: Marcus Galiña e Coletivo Monte de Gente.

Compromisso social

Tendo a valorização da cidadania explícita no texto da sua missão, o IBAM intensifica a cada ano o exercício desse compromisso, visível na diversificada natureza dos trabalhos realizados, entre os quais destaca-se o conjunto de ações que privilegia o aperfeiçoamento da participação popular e da transparência das políticas públicas nas áreas de inclusão e assistência social e da promoção dos direitos humanos.

o IBAM é membro ativo do Conselho Municipal de Assistência Social, no qual tem assento em sua direção e onde atua mais diretamente na Comissão de Orçamento. Neste contexto, o Instituto se mantém como entidade de Filantropia da Assistência Social desde sua origem, bem como possui o título de Utilidade Pública Federal. É ainda membro permanente do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Rio de Janeiro e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania/“Criança no lixo nunca mais”. Integra também, desde sua criação, o Comitê Nacional de Combate à Dengue do Ministério da Saúde; é membro do Fórum Nacional e Estadual de Economia Solidária e do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado, sendo ainda membro-integrante do corpo de conselheiros no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM.

Além disto o IBAM atende a todas características essenciais das entidades e organizações de assistência social elencadas no artigo 1º da resolução 191 do CNAS, prestando assessoria de forma continuada, permanente e planejada, por meio de serviços, programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos, pela construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecimento por um lado os movimentos sociais e atuando sobre a capacitação de lideranças e, por outro, socializando por meio de estudos, pesquisas e capacitações para ampliar a capacidade de ação dos gestores públicos.

Independentemente dessa militância institucional, o Instituto mantém ações de incidência direta sobre os meios sociais onde atua – a maioria custeada por recursos captados em fontes não governamentais – e por seu reconhecido papel no apoio à construção de políticas públicas descentralizadas e participativas constantemente é chamado para atuar em parceria com o Governo Federal e os Estaduais, para contribuir na construção e implementação de política de inclusão socioproductiva e de promoção de direitos humanos e de promoção da equidade de gênero nos territórios e localidades.

Em 2010, devemos destacar:

Desenvolvimento de Mecanismos de Inserção de Mulheres no Mercado de Trabalho – o Programa – Rio trabalho e empreendedorismo da mulher, ação que integra a inserção das mulheres no mercado de trabalho à promoção do empreendedorismo, expandiu-se para outras unidades da Federação. Em 2010, foram realizadas oficinas nos Municípios que compõem as regiões do Recife e de Belém e Ananindeua, com ênfase nos serviços, programas, projetos e ações voltados para a geração de emprego, trabalho e renda.

O Programa Democracia e Gênero, de ensino a distância, inicialmente dirigido à capacitação dos/as agentes políticos dos legislativos municipais fluminenses, foi ampliado e abriu inscrições, gratuitas, para pessoas em qualquer Estado Brasileiro.

A capacitação Mulher Rural: tempo de viver, foi desenvolvida no Município de Teresópolis/RJ e teve por objetivo oferecer cursos visando promover a melhoria das condições de renda da população feminina.

Desde o início de 2006, o Projeto ComUnidade vem incentivando e apoiando a organização dos moradores de várias localidades do Extremo Sul da Bahia em Grupos de Desenvolvimento Local. Esses grupos foram responsáveis por mudança significativa na capacidade de organização dos moradores dessas comunidades e gerou várias iniciativas para a melhoria de suas condições de vida. Dentre essas iniciativas, destaca-se a criação de cooperativas, voltadas para a produção de carvão e de costura, além da criação/reorganização de associações de produtores agrícolas.

Muitas são as variáveis que influenciam o desenvolvimento do projeto na região, contribuindo seja para estimular a busca de alternativas de geração de emprego e renda, seja para impor desafios à continuidade do trabalho realizado até o momento, em especial junto às cooperativas de carvão criadas ao longo dos anos de 2008/2009. Em 2010 foi iniciado o processo de consolidação dessas cooperativas e associações em processo que será concluído em 2011.

Incluem-se também as atividades desenvolvidas pelo Instituto, de interesse técnico-educativo da população estudantil e dos estudiosos de administração, assim como para o segmento formado por agentes políticos – Prefeitos e Vereadores – que se utilizam dos produtos oferecidos pelo IBAM para o aumento da qualidade de seu desempenho e para o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e com a sociedade.

Também exemplo de compromisso social é o já mencionado programa cultural, fomentador de cultura e formador de público para espetáculos de alta qualidade artística. Paralelo a isso, o Instituto realiza outras ações específicas que priorizam demandas sociais e culturais, como a cessão de seu auditório a escolas públicas para a realização de atividades, a doação de móveis e material de escritório a escolas municipais e associações comunitárias, bem como doação de computadores e material de informática a alunos do CIEP Presidente Agostinho Neto.

A Biblioteca Cleantho de Paiva Leite, com livre acesso ao público, foi criada no início da década de 1960 e mantém-se como centro de difusão técnico-cultural sobre administração municipal e urbana, destacando-se pelos documentos relativos ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

Seu público principal se compõe de estudantes de segundo grau, de escolas públicas ou privadas, e de universidades, que a utilizam para pesquisas de trabalhos na área de programas cívico-sociais; e mestrandos e doutorandos de cursos voltados para as políticas públicas sociais e urbanas que ali encontram valioso material para suas teses de mestrado e doutorado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM				
DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL				
1 - Base de Cálculo	2010		2009	
	Qtde	Valor (mil)	Qtde	Valor (mil)
Folha de pagamento bruta (FPB) Funcionários	64*	1.970	76*	2.784
Folha de pagamento bruta (FPB) Administradores	4	578	5	659
Terceirizados	11	12.469	25	8.620
Autônômicos	60	1.352	64	1.413
Total Base de Cálculo		16.369		13.476
2 - Indicadores Sociais Internos				
Alimentação	68	150	75	197
Transportes	44	102	52	153
Encargos Sociais	0	1.030	81	902
Saúde	68	162	81	172
Segurança e medicina no trabalho	68	59	81	16
Ações judiciais empregados contra empresa	0	-	0	-
Total de Indicadores Sociais Internos		1.503		1.440
3 - Indicadores Sociais Externos				
Educação		106		110
Cultura		134		115
Outros		81		114
Total de Indicadores Sociais Externos		321		339
4 - Indicadores Ambientais				
Investimentos e gastos c/ mant. nos processos operacionais p/ melhoria do meio ambiente		-		-
Educação ambiental para a comunidade		302		291
Outros processos ambientais		-		-
Processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		-		-
Valor de multas e das indenizações relativas a matéria ambiental		-		-
Total dos investimentos em meio ambiente		302		291
5 - Indicadores do Corpo Funcional				
Nº de empregados(as) ao final do período	68 *		81	
Nº de admissões durante o período	14		14	
Nº de demissões durante o período	27		44	
Nº de empregados(as) temporários(as)	4		1	
Nº de estagiários(as)	15		16	
Nº de empregados(as) menores de 18	0		0	
de 18 a 35	19		25	
de 36 a 60	42		51	
acima de 60	7		5	
Nº de mulheres que trabalham na empresa	33		39	
Nº de homens que trabalham na empresa	35		42	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	37,5		28,6	
% de cargos de chefia ocupados por homens	62,5		71,4	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	5		4	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0		0	
Portadores de Deficiência/Necessidades Especiais	1		2	
Nível de escolaridade - Analfabetos	0		0	
ensino fundamental	13		12	
ensino médio	27		23	
ensino técnico	0		0	
ensino superior	25		39	
pós-graduados	3		7	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				
Relação entre a maior e a menor remuneração – Empregados	16,66		16,66	
Relação entre a maior e a menor remuneração – Administradores	1,44		1,37	
	0		0	
Valor Adicionado a Distribuir (em mil R\$):		5.916		4.410

BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ATIVO		PASSIVO	
	2010	2009	2010
CIRCULANTE	28.113.584,75	10.697.700,43	CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES	350.061,83	28.859,32	FORNECEDORES
SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS	10,00	51.128,48	SALÁRIOS A PAGAR
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.075.811,98	637.334,44	ENCARGOS DIVERSOS A RECOLHER
CONTAS A RECEBER	4.818.693,46	3.858.412,82	IR E OUTRAS RETENÇÕES A RECOLHER
Convênios e Contratos	4.863.412,96	3.903.132,32	OUTRAS CONTAS A PAGAR
Créditos de Liquidação Duvidosa	(44.719,50)	(44.719,50)	CRÉDITOS VINCULADOS A PROJETOS
Contas a Receber - Outras	-	-	EMPRESÍTIMOS / FINANCIAMENTOS
Adiantamento Diversos	6.337,50	6.337,50	ANTECIPAÇÕES DIVERSAS
PROJETOS EM EXECUÇÃO	5.124.728,03	6.000.717,73	PROVISÕES
Convênios e Contratos	5.124.728,03	6.000.717,73	
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	48.983,73	28.345,36	
ESTOQUES	45.568,70	48.240,13	
DESPESAS ANTECIPADAS	70.924,89	38.324,65	
ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES	-	-	
IMÓVEL EM NEGOCIAÇÃO	16.578.802,13	-	
	495.152,12	1.485.456,36	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	282.513,72	17.195.775,87	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
PERMANENTE	56.828,96	21.897,52	RECEITAS DIFERIDAS
INVESTIMENTOS	225.684,76	17.173.878,35	Convênios e Contratos
IMOBILIZADO	124.762,64	17.124.762,64	
Imóveis, Equipam. e Instalações	714.642,70	662.543,52	
Móveis, Veículos e outras imobilizações	(613.720,58)	(613.427,81)	
DEPRECIACÃO ACUMULADA			
	28.891.250,59	29.378.932,66	TOTAL DO PASSIVO
TOTAL DO ATIVO	28.891.250,59	29.378.932,66	28.891.250,59
	10.100.531,22	10.413.986,19	
COMPENSAÇÃO	44.746,97	44.746,97	COMPENSAÇÃO
SEGUROS-GARANTIA DE CONTRATOS	743.683,53	743.683,53	
CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	7.580.480,00	7.580.480,00	
SEGUROS	2.866,46	11.208,00	
CONSIGNAÇÕES	1.653.522,26	1.958.635,69	
CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS (ISENÇÕES)	75.232,00	75.232,00	
CLIENTES			
	38.991.781,81	39.792.918,85	TOTAL GERAL
TOTAL GERAL	38.991.781,81	39.792.918,85	38.991.781,81

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRC RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	dez/10	dez/09
RECEITAS OPERACIONAIS	21.858.727,12	16.337.516,92
RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS	21.858.727,12	16.337.516,92
Contratos e Outros	20.647.693,02	14.924.960,65
Convênios	620.969,62	1.086.497,94
Cursos e Seminários	590.064,48	226.058,33
Atividades Culturais	-	100.000,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	1.073.130,64	865.758,95
LIVRARIA	15.709,89	98.180,15
FINANCEIRA	5.042,95	45.344,35
OUTRAS RECEITAS	1.052.377,80	722.234,45
TOTAL RECEITA	22.931.857,76	17.203.275,87
CUSTOS DOS PROJETOS	(16.562.376,04)	(12.677.687,38)
PROJETOS FILANTRÓPICOS	(4.669.488,55)	(3.546.942,78)
OUTROS PROJETOS	(11.892.887,49)	(9.130.744,60)
DESPESAS OPERACIONAIS	(6.362.463,67)	(5.948.965,40)
ADMINISTRAÇÃO GERAL	(6.362.463,67)	(5.948.965,40)
Pessoal	1.207.624,27	(1.227.218,11)
Encargos Sociais e Trabalhistas	826.437,93	(780.038,01)
Serviços de Terceiros	665.652,16	(913.006,03)
Viagens Institucionais	220.289,43	(212.409,48)
Manutenção e Conservação	215.145,46	(365.092,29)
Despesas Gerais	727.743,98	(902.204,20)
Financeiras	2.308.913,47	(1.378.995,60)
Depreciação do Imobilizado	190.656,97	(170.001,68)
TOTAL DESPESA	(22.924.839,71)	(18.626.652,78)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	7.018,05	(1.423.376,91)